



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS**  
**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

Recife, Fevereiro de 2017.

Maria José de Sena  
**Reitora**

Mozart Alexandre Melo de Oliveira  
**Pró-Reitoria de Administração - PROAD**

Ana Virgínia Marinho  
**Pró-Reitoria de Atividades de Extensão - PRAE**

Professor Severino Mendes de Azevedo Júnior  
**Pró-Reitoria de Gestão Estudantil - PROGEST**

Professora Maria do Socorro de Lima Oliveira  
**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG**

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG**

Carolina Raposo  
**Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN**

#### **Núcleo Docente Estruturante**

Dra. Bruna Tarcília Ferraz  
Dra. Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos (Substituta Eventual do Curso)  
Dr. Jorge Roberto Tavares de Lima  
Dr. José Nunes da Silva  
Dra. Maria Virginia de Almeida Aguiar (Coordenadora do Curso)

#### **Colaboradora**

Daniela Ferreira dos Santos  
**Técnica-Administrativa**

## SUMÁRIO

	<b>Pg.</b>
1. APRESENTAÇÃO .....	04
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO .....	04
3. HISTÓRICO DA UFRPE .....	06
3.1 HISTÓRICO DO CURSO .....	06
4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO .....	10
5. OBJETIVOS .....	16
6. PERFIL DO PROFISSIONAL .....	17
6.1 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES .....	17
6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL .....	19
7. REQUISITOS DE INGRESSO .....	21
8. METODOLOGIA DE ENSINO APRENDIZAGEM .....	22
9. ESTRUTURA CURRICULAR .....	24
9.1 FUNCIONAMENTO DO CURSO .....	26
9.2 MATRIZ CURRICULAR .....	27
9.3 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR .....	32
9.4 PROGRAMAS DE DISCIPLINAS POR COMPONENTE CURRICULAR .....	33
9.5 PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR .....	47
9.6 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO .....	48
9.7 ESTÁGIO CURRICULAR – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA .....	49
9.8 ESTÁGIO CURRICULAR – RELAÇÃO COM AS REDES DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	51
9.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC) .....	52
10. AVALIAÇÃO .....	54
10.1 MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO .....	54
10.2 AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM .....	54
11. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....	55
12. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD) .....	55
13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO .....	56
14. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO .....	56
15. APOIO AO DISCENTE .....	58
16. ACESSIBILIDADE .....	58
17. INFRAESTRUTURA DO CURSO .....	59

## 1. APRESENTAÇÃO

A Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem passando por um intenso processo participativo de discussão sobre sua reformulação curricular a luz das diretrizes para a formação de educadores para a Educação Básica.

Com isso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso apresentou à Coordenação da Licenciatura um conjunto de propostas para o seu projeto pedagógico considerando o compromisso do curso e da UFRPE com a formação de educadores para atuar na Educação Agrícola e/ou do Campo, considerando os desafios da sociedade contemporânea, comprometidos com a inclusão social, com os valores da sustentabilidade socioambiental e o respeito com os valores, comportamentos e visões dos diferentes sujeitos sociais presentes no campo brasileiro e pernambucano.

O presente documento apresenta a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de LA com informações sobre os históricos da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do curso, a justificativa de manutenção do curso, seus objetivos, o perfil profissional, bem como as competências, atitudes e habilidades esperadas e o campo de atuação do profissional para o egresso do curso, os requisitos para ingresso; a estrutura, proposta pedagógica e metodologia adotadas; a matriz curricular com todos os componentes curriculares e disciplinas; as orientações para o Estágio Curricular Obrigatório e a prática como componente curricular; a avaliação de aprendizagem e a avaliação do curso; o funcionamento das suas instâncias de gestão tais como o núcleo docente estruturante e o colegiado de coordenação didática; a inserção do curso no projeto de desenvolvimento institucional da universidade; a sua produção científica, artística e cultural; o apoio ao discente, a acessibilidade e a infraestrutura do curso.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Tipo:** Licenciatura

**Denominação do Curso:** Licenciatura em Ciências Agrícolas

**Modalidade:** Presencial

**Habilitação:** Licenciado em Ciências Agrícolas

**Mantida:** Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – Recife/PE

**Local de oferta:** Universidade Federal Rural de Pernambuco, Sede, Recife/PE

**Turno de funcionamento:** Noturno

**Nº de vagas:** 40 vagas/semestre

**Periodicidade de oferta:** 2 ofertas por ano

**Carga horária total:** 2.955 horas

### Coordenação do curso

- 1) Maria Virginia de Almeida Aguiar, tel. 81-3320-6583, email [coordenação.lca@ufrpe.br](mailto:coordenação.lca@ufrpe.br), Coordenadora
- 2) Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos, tel. 81-3320-6583, email [coordenação.lca@ufrpe.br](mailto:coordenação.lca@ufrpe.br), Substituta Eventual

### **Ato Regulatório do curso:**

- Resolução nº 102/2004, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas;
- Resolução nº 100/2004, que Homologa a Resolução nº 102/2004 do CEPE, que aprovou o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas;
- Portaria nº 175 de 20 de março de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior/MEC, que renova o reconhecimento do curso;

### **Base legal do curso:**

#### Resoluções e decretos federais:

- Resolução nº 01/2002 do CNE, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Resolução 02/2002 do CNE, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Esta resolução nos deu as bases para pensar as “Práticas como Componentes Curriculares”;
- Decreto Federal Nº 5626/2005 que dispõe sobre a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras nas licenciaturas;
- Lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e; a Resolução nº217/2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE, que estabelece a disciplina “Educação para as Relações Étnico-raciais” como componente curricular obrigatório em todos os cursos de Licenciatura, para formação de professores no ensino superior.
- Parecer ° 36/2001 do CNE/CEB, que analisou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002) e aportou elementos para vincular a LA com os princípios da educação do campo;

#### Resoluções da UFRPE:

- Resolução nº 362/2011, da UFRPE, que estabelece os critérios para a quantificação e o registro das Atividades Complementares, nos cursos de graduação da UFRPE;
- Resolução nº65/2011 do CEPE/UFRPE que regulamenta a criação dos Núcleos Docentes Estruturantes -NDE dos Cursos de Graduação.
- Resolução nº 220/2013 CEPE/UFRPE, que estabelece as atribuições dos coordenadores gerais de cursos e o Colegiado de Coordenação Didática;
- Resolução 678/2008 – CEPE/UFRPE e a Lei 11.788/2008, que estabelece as normas para organização e regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório para os estudantes dos Cursos de Graduação da UFRPE.
- Resolução nº 25/1990 – CEPE/UFRPE, que apresenta o regimento geral que dispõe sobre a Verificação de Aprendizagem dos cursos de graduação da UFRPE;
- Resolução nº 065/2011 – CEPE/UFRPE, que aprova a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação;

- Resolução nº 220/2016, que regulamentava as diretrizes para elaborar e reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE.

### **3. HISTÓRICO DA UFRPE**

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tem sua origem datada no dia 3 de novembro de 1912, na cidade de Olinda, a partir da criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, com oferta dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. No ano de 1947, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESA), a Escola Superior de Veterinária (ESV), o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), o Instituto de Pesquisas Zootécnica (IPZ) e o Instituto de Pesquisas Veterinárias (IPV) passam a constituir a Universidade Rural de Pernambuco (URP). Em 04 de julho de 1955 a Universidade foi então federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior, a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Desde sua origem a UFRPE se caracteriza como uma instituição com ênfase em cursos das Ciências Agrárias, e desde a década de 1970 acrescenta a oferta de licenciaturas noturnas tornando-se uma instituição de referência no âmbito regional.

Em 2005, através do Programa de Expansão do Sistema Federal do Ensino Superior a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) foi criada, sendo a primeira expansão universitária a ser instalada no país e suas atividades foram iniciadas no segundo semestre de 2005, com os cursos de Agronomia, Licenciatura Normal Superior, atualmente Licenciatura em Pedagogia, Medicina Veterinária e Zootecnia. No mesmo ano a UFRPE implantou no interior do Estado, no município de Serra Talhada, na microrregião do sertão do Pajeú, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Com os cursos de graduação em Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Sistemas de Informação e Licenciatura Plena em Química. Ainda no processo de expansão e inclusão social, em 2005, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE iniciou as atividades do ensino de graduação na modalidade à distância. Em 2006, o MEC implantou, o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) tendo como prioridade a formação de profissionais para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros. Nesse mesmo ano, a Universidade integrou o programa UAB com a criação dos cursos de Licenciatura em Física e Computação. Atualmente, ao mesmo tempo em que vem consolidando essa interiorização, com o fortalecimento da pesquisa e da extensão, em 2014 a Universidade também inova com o projeto de criação de uma nova Unidade Acadêmica no Cabo de Santo Agostinho (UACSA), para atender as demandas de curso da área das Engenharias.

#### **3.1. HISTÓRICO DO CURSO**

A história da Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) faz parte de um conjunto de iniciativas realizadas pelo Governo Federal, incluindo o Ministério da Agricultura, da Educação e do Planejamento, a Sudene e a UFRPE, em parceria com o Banco Mundial e outros organismos internacionais, para atender à necessidade de qualificação da Educação Agrícola na região Nordeste e no Brasil, desde meados do século XX. O objetivo era formar profissionais na área de Educação Agrícola que contribuíssem com o desenvolvimento do meio rural.

Já na década de 1950 são criadas as agências de desenvolvimento regionais sendo, no Nordeste, implantada a SUDENE. O desafio era modernizar e articular as políticas federais para a região, resgatando assim um compromisso com o desenvolvimento regional. A Educação passa a ser encarada como uma estratégia importante para o desenvolvimento. As Escolas

Agrotécnicas respondiam pela formação de profissionais de ensino médio para atuar na agricultura e era necessária a atualização destes professores. É importante destacar que a concepção de modernização e os processos educativos eram propostos em uma mesma perspectiva, onde a dimensão ambiental não aparecia. Embora não atendessem a maioria da população, as Escolas Agrotécnicas tinham um papel importante na formação de profissionais para o campo.

Tínhamos no país um grande número de professores das Escolas Técnicas Agropecuárias formados nas diferentes áreas das Ciências Agrárias, mas sem formação pedagógica. Este desafio permanece até os dias atuais, mesmo tendo mudado substancialmente o sistema de educação profissional, que levou a extinção das antigas Escolas Agrotécnicas e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Lei 11.892, de 29/12/2008). Mais recentemente, a história da LA foi influenciada pelos desafios contemporâneos da formação de educadores comprometidos com uma ética socioambiental, em consonância com uma educação para o campo e do campo.

### **Antecedentes**

A Educação, a Agricultura e a Saúde foram áreas de projetos de cooperação técnica do Brasil com os Estados Unidos desde os anos de 1940. A formação de professores, bem como, os desafios da modernização da agricultura através da Educação, seja na escola ou na extensão rural, estavam presentes em toda a década de 1950.

Em função destas políticas é criado em 1965 na UFRPE o Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (CRETA) em parceria com a SUDENE e o Ministério da Agricultura para formação de professores dos antigos Colégios Agrícolas do Nordeste. Alguns anos depois (1969) o CRETA é institucionalizado na UFRPE como Centro de Formação e Treinamento de Professores Agrícolas (CFTPA). Este Centro desenvolveu práticas educativas voltadas para a educação formal, por exemplo, a Licenciatura em Ciências Agrícolas, assim como, práticas educativas voltadas para a educação não-formal, por exemplo, os cursos de extensão e assessoria para implantação de unidades demonstrativas e a capacitação e planejamento para a implantação de escolas-fazenda nos anos de 1970 (Tavares de Lima, [2015]<sup>1</sup>). Neste período o Centro estabelece um intenso diálogo com as Escolas Agrotécnicas de todo o país e tem grande influência na formulação de políticas públicas para a Educação Rural.

Em 1971 é criado o curso de Formação Pedagógica para Licenciatura em Ciências Agrícolas, oferecido a partir do convênio entre SUDENE e posteriormente com outros órgãos nacionais, para habilitar professores agrícolas em exercício nas Escolas Agrotécnicas, à partir da Portaria Ministerial 432/71, do Ministério de Educação, em regime emergencial. Neste período a UFRPE habilitou 191 professores agrícolas em exercício nas escolas agrotécnicas do Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Brasília, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Essa modalidade de Licenciatura foi oferecida em 12 cursos intensivos, no período de 1972 a 1983, tendo sido reconhecido pelo Decreto 77.040 de 15 de janeiro de 1976.

### **Da criação da Licenciatura em Ciências Agrícolas aos dias atuais**

A Licenciatura em Ciências Agrícolas foi criada como um curso regular em 1972 (Resolução 12/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa e autorizado pelo Conselho Federal de Educação em seu Parecer 320/72). Este período é marcado por uma intensa modernização do campo brasileiro, que veio a ser conhecida como “revolução verde”. Para isso era importante também modernizar o Ensino Agrícola, incluindo neste processo, a formação de professores e a

---

<sup>1</sup> LIMA, Jorge Tavares. Caminhos percorridos. Caminhos a percorrer. 50 anos do Departamento de Educação da UFRPE. UFRPE/DED, [2015]. (no prelo)

UFRPE recebeu a incumbência de participar desse processo. O curso funcionou até o ano de 1976, quando foi extinto. Neste mesmo ano, a coordenação do curso apresenta uma nova proposta para sua reestruturação como opcional para estudantes dos diferentes cursos das Ciências Agrárias, mas a proposta não foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade.

Em 1977 a UFRPE realiza outra experiência de formação de educadores com a criação<sup>2</sup> do Curso de Graduação Plena de Formação de Professores (formação básica, técnica e pedagógica) em convênio com o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR/MEC). Este curso foi criado com o objetivo de atender uma demanda das Secretarias Estaduais de Educação para implantar a Habilitação Básica em Agropecuária em todos os estados do Brasil.

Neste mesmo ano (1977), o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Educação criam as bases para a criação de cursos que tornavam opcional a formação de professores para o Ensino Profissionalizante pela via da Licenciatura Plena para profissionais das Ciências Agrárias (Portaria Ministerial 396/77 e a Resolução nº 7/82 do então CFE), criando as bases para a forma como LA foi se organizando posteriormente.

Um fato importante a ressaltar neste período é que as Escolas Agrotécnicas contratavam agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas como professores e a legislação obrigava-as a obter a Licenciatura (TAVARES, 2005)<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, percebia-se um grande interesse dos profissionais das Ciências Agrárias a ter uma formação pedagógica e se habilitar para o magistério, para exercer a contento a função de professor no Ensino Agrícola.

Assim, diante de uma legislação que criava as condições para ter a Licenciatura como opcional e em consonância com os desafios da Educação Agrícola no Brasil, em 1979, a antiga coordenação do curso reapresenta a proposta de reestruturação da LA. No entanto, novamente, a proposta não foi aprovada pelo CEPE/UFRPE.

Em 1983, a coordenação faz uma nova tentativa de recriação do curso orientando-se pela Resolução nº 7/82 do CFE. Neste ano, finalmente, a LA foi aprovada pelo CEPE (Resolução 117/83). Com isso, a LA permitia o ingresso de diplomados e estudantes dos cursos da área das Ciências Agrárias (Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal). Os estudantes dos cursos das Ciências Agrárias, desde o início, eram orientados a cursar a LA, cursando as disciplinas pedagógicas de maneira gradual, integradas com as disciplinas das Ciências Agrárias. Também os profissionais já formados em qualquer curso de Ciências Agrárias, podiam ingressar na LA, ampliando as suas possibilidades de atuação profissional.

O atual curso de LA vem sendo oferecido na UFRPE desde 1984 com esta mesma característica de ingresso.

Em 2004 a LA passa por uma reformulação curricular quando foram incorporados princípios, diretrizes e competências definidos pelo CNE para a reformulação dos cursos de licenciatura, baseando-se no Parecer 09/01 e sua Resolução 01/2002 e no Parecer 28/01 e sua Resolução 02/2002. Assim, o novo PPC considerou algumas mudanças de carga horária, inclusão das Práticas como Componente Curricular e mudanças nos Estágios Curriculares

---

<sup>2</sup> Este Curso foi estruturado com base na Resolução do CFE nº 3/77, tendo sido reconhecido pelo referido conselho no Parecer 18/82 como Licenciatura Plena com a denominação de “Curso de Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau – Setor de Técnicas Agropecuárias” e posteriormente autorizado pela Portaria Ministerial nº 097/82.

<sup>3</sup> TAVARES, Carlos Alberto (2005). **A formação de professores agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco: Histórico, realidade e perspectivas**. Anais da Academia Pernambucana de Ciências Agrônômica, vol. 2, p. 32-41.



Obrigatórios de Ensino<sup>4</sup>. Foram incluídos no PPC valores inspiradores de uma sociedade democrática, ressaltando a importância da agricultura familiar, da Agroecologia e da dimensão ecológica em todas as dimensões técnicas e pedagógicas, o compromisso com a formação básica, a compreensão do papel social da escola, o domínio de conteúdo a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar, o domínio do conhecimento pedagógico, o conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica e o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Neste Projeto Pedagógico do Curso também foram incorporados alguns princípios da Educação do Campo. Desde os anos de 1990 a LA começa a sofrer mudanças significativas com relação as suas diretrizes, quando passa a repensar os processos de formação docente, acompanhando as mudanças que aconteciam no contexto da agropecuária brasileira, onde ganham força os movimentos sociais do campo e diferentes formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante (AGUIAR, 2016)<sup>5</sup>. Isso aconteceu em decorrência de um ambiente favorável ao debate aberto sobre os modelos de desenvolvimento rural na UFRPE já nos anos de 1980, em função das mudanças sociais ocorridas neste período impulsionadas pelos novos movimentos sociais e organizações de assessoria ao movimento popular (FIGUEIREDO & LIMA, 2006)<sup>6</sup>. Para os educadores, a LA dá continuidade a essas reflexões na Universidade na década seguinte (anos de 2000), entendendo “a formação profissional como formação para a cidadania, vinculando teoria e prática, ao mesmo tempo que valoriza as referências sociais do mundo rural camponês no processo de ensino-aprendizagem” (p. 8).

A educação agrícola dedicada a modernização produtiva vai perdendo substância e vai sendo associada a uma nova cultura do trabalho, da organização social no campo e da produção associada a preservação da natureza e a construção de alternativas tecnológicas mais contextualizadas e adaptadas a diferentes realidades locais (DINIZ & FERRAZ, 2010)<sup>7</sup>. Neste período vai tomando força a ideia de uma educação para a sustentabilidade e para a inclusão social, temas que foram sendo incorporados ao curso através de atividades de ensino e extensão, que é sintetizada através da Agroecologia e o amplo debate sobre a ecologia na perspectiva de manejo sustentável dos bens naturais e não apenas de sua preservação.

Estas mudanças no PPC de LA também se inspiraram na Constituição Brasileira de 1988 (Artigos 208 e 210, sobre a garantia a educação e os conteúdos mínimos, respectivamente) e na LDB (Lei 9394/96), bem como no conjunto de políticas que começavam a ser gestadas para fortalecimento da agricultura familiar e da educação do campo, tal como veremos mais adiante.

O mundo rural passa a ser visto pela LA enquanto um espaço específico e diferenciado, ao mesmo tempo que, integrado ao conjunto da sociedade. Aqui é ressaltado o papel da escola do campo, levando em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizagem dos estudantes vindos do campo e moradores do campo. O campo é

---

<sup>4</sup> A Prática como Componente Curricular foi incorporada desde o início do processo formativo se estendendo ao longo do curso articulada com o Estágio Curricular Obrigatório e com as demais atividades acadêmicas.

<sup>5</sup> AGUIAR, Ma. Virginia de A. Significados de uma Formação Humanística na Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE: Diálogos com os Princípios da Educação em Agroecologia. Cadernos de Agroecologia. Anais do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, em Seropédica, RJ, em 25 a 27 de outubro de 2016. (no prelo)

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de. Apresentação. In FIGUEIREDO, Marcos A. B. & LIMA, Jorge R. Tavares de (org.). Agroecologia. Conceitos e Experiências. Recife: Ed. Bagaço, 2006. p.7-11

<sup>7</sup> DINIZ, Paulo C. O. e FERRAZ, Bruna T. **Concepção de docência e desafios para a formação do educador: (re)pensando as ciências agrícolas no contexto da educação do campo.** In: MACEDO, G. & CARVALHO, M. E. G. (org.) Educação escolar do campo e direitos humanos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010. p. 163 a 186.

visto como um lugar onde se vive e se produz (principalmente a produção agropecuária, mas também o processamento, a circulação de produtos e a geração de vários outros tipos de serviços). Verifica-se a existência de novas relações sociais e produtivas, estabelecendo novas ruralidades e conseqüentemente novos desafios educacionais.

As mudanças que vinham acontecendo na LA não estão isoladas das enormes mudanças nas relações e formas de produção no campo brasileiro e a configuração de novas ruralidades (BEZERRA e BARCELAR, 2013)<sup>8</sup>. Estas modificações afetam diretamente a Educação, seja na perspectiva formal ou escolar, seja na perspectiva não-formal desenvolvida pela ATER pública, por organizações governamentais e não-governamentais. Estas mudanças no campo brasileiro implicam na formação de profissionais com outro perfil, distinto daquele no início do curso, permanecendo a necessidade de profissionais capacitados e com habilidades para atender as novas demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Assim, desde este período (2004) a LA da UFRPE permanece até os dias atuais como um curso que forma educadores para atender a educação do campo, seja na perspectiva formal, vinculada à escola (educação profissional e educação de jovens e adultos), seja na educação não-formal (em processos educativos de extensão rural), tendo como abordagem transversal a Agroecologia.

Em 2013, LA passa, pela primeira vez, por uma renovação de reconhecimento do curso onde o principal aspecto indicado foi a necessidade de adequar o curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004) e a integração da educação ambiental com as disciplinas do curso. Além disso, foram questionadas outras dimensões da organização didático-pedagógica e da infraestrutura do curso, principalmente as condições de acessibilidade. Também deve ser destacado, que através do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, vários destes aspectos como acessibilidade vem sendo tratados e cuidados, alterando alguns prédios antigos e melhorando a infraestrutura.

Com relação aos temas educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais, vale destacar que já em 2004 (quando as transformações políticas no Brasil ainda estavam no início) foi priorizado no projeto do curso a agricultura familiar e a Agroecologia, e os temas geração, gênero e educação para as relações étnico-raciais passam a ser referência em várias disciplinas, a exemplo de Educação e Sociedade Rural, Estrutura do Ensino da Educação Brasileira, Estrutura e Funcionamento do Ensino Agrícola, entre outras, conscientes de que novas relações vêm sendo estabelecidas e que, portanto, é fundamental tratar estes temas no curso de forma transdisciplinar. Também a definição de eixos temáticos por período possibilitou oferecer um enfoque multi e transdisciplinar à matriz curricular. Esta abordagem se materializa na síntese realizada no final de cada semestre na Semana de Culminância, onde estes temas são retratados e aprofundados através de visitas, pesquisas em diferentes comunidades e utilizando distintas linguagens nas estratégias de formação de educadores.

#### **4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO:**

O estado de Pernambuco e a região Nordeste tem no setor agropecuário uma grande expressão na socioeconomia brasileira. É marcado pelas diferentes expressões do agronegócio, mas também por uma grande diversidade de formas familiares e comunitárias de organização socioprodutiva, da Zona da Mata, passando pelo Agreste e no Sertões.

---

<sup>8</sup> BEZERRA, Maria Lucila e BACELAR, Tânia. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. in Miranda, Carlos e Silva, Heithel. (Org.) Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Série Desenvolvimento Sustentável, v. 21. IICA. Brasília. 2013.pg 35- 76.

No último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE foi constatado que a região Nordeste abriga 51% da agricultura familiar brasileira, ou seja, 2.187.295 estabelecimentos da agricultura familiar (Brasil, 2009)<sup>9</sup>.

Ao mesmo tempo, estamos vivendo uma época marcada por transformações significativas relativas ao progresso científico e aos avanços tecnológicos, provocando uma crise civilizatória que perpassa o campo através das questões sociais, alimentares, energéticas e ambientais. Esta realidade colocou em pauta na região temas como o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento rural sustentável, a convivência com o semiárido, as novas ruralidades, a educação contextualizada, a geração de inovações baseada no conhecimento local, a democratização da educação, as novas economias, a justiça social, entre outras.

O campo com estas características exige recursos humanos qualificados e a Educação em todos os níveis passa a ter um papel central. A educação deve estar comprometida com esta nova agenda pública e a formação de educadores precisa responder aos novos desafios do mundo do trabalho na atualidade, levando em consideração a sustentabilidade socioambiental. Hoje, se exige cada vez mais conhecimentos, criatividade e inovação, sendo o elemento determinante, o componente humano. Neste contexto, a formação de competências para atuar no Ensino Agrícola e/ou Campo é uma exigência estratégica e o licenciado, uma necessidade e uma obrigatoriedade legal.

O processo histórico da educação brasileira negou ao longo do tempo uma atenção à Educação Rural (ou Educação do Campo), principalmente no que se refere a sua importância econômica e cultural. Historiando sobre a educação agrícola no Brasil, Szmrecsányi e Queda (1979)<sup>10</sup> afirmam que o sistema educacional destinado à população rural nunca foi uma prioridade. Discussões e diagnósticos ocorreram depois da abolição da escravatura e sua implantação e expansão foram lentas ou quase nulas durante todo o período da República Velha. Isto se aplica especialmente ao ensino fundamental, que continuou com forte deficiência em relação ao atendimento de sua demanda. O ensino realizado no período do Império e nas primeiras décadas da República foi pouco e predominantemente urbano. Constatava-se que naquela época a maioria da população brasileira vivia no campo, mas as poucas escolas eram instaladas nas cidades. A partir de 1930, com as migrações do campo para as cidades e de algumas regiões para outras, este fato passou a se constituir numa ameaça à organização econômica e social tradicional, especialmente nas regiões mais pobres e atrasadas. Diante deste quadro, começaram a aparecer as ideias reformistas segundo as quais era preciso fazer algo para modificar as precárias condições de vida da população rural, aumentar a produção agrícola e reduzir a mobilidade. Neste contexto surgiu o chamado ruralismo pedagógico. A ideia do movimento era ruralizar o ensino primário, transformando-o num instrumento de fixação do homem no campo e deter o movimento migratório através da modernização da vida econômica e social no meio rural.

A partir de análises de Mendonça (2007)<sup>11</sup>, até os anos de 1960 a educação do campo voltada para a formação profissional era atribuição do Ministério da Agricultura, e a escolarização, do Ministério da Educação. Esta dicotomia perdurou até 1967, quando as escolas agrícolas são transferidas para o MEC, que cria uma Diretoria de Ensino Agrícola (DEA). Mesmo centralizado no MEC, segundo Leite (1999), não foi estabelecida uma filosofia e/ou uma política específica para a educação rural. A escola sempre foi vista como uma extensão do urbano e não havia o reconhecimento das grandes oportunidades de vida no meio rural.

---

<sup>9</sup> Brasil. IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2009.

<sup>10</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. 3. ed. [São Paulo]: Companhia Nacional, 1979.

<sup>11</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e educação rural no Brasil. Alguns escritos. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

A educação para o campo era vista como uma ação de preparação de mão de obra para a lavoura, como aconteceu nos asilos e patronatos, e a educação não era vista como um direito. Até o final dos anos 90, esta educação era encarada como corretivo, retificadora de aspectos morais e preparava a mão de obra para o latifúndio.

A partir dos anos de 1990, a sociedade brasileira, através de organizações de trabalhadores rurais, situa a educação do campo como um direito e insere na pauta da discussão política a necessidade de uma educação do e no campo. Pela primeira vez se estabelece uma instância de reflexão, elaboração e orientação para a educação do campo que extrapola o agrícola, e se tenta recuperar um direito ainda não devidamente alcançado.

Em decorrência da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), começou a ser realizada uma discussão sobre as responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar como um direito, o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão e aos poucos são propostas medidas de adequação da escola à vida do campo.

Com relação a educação profissional e a formação de educadores, a LDB (principalmente nos seus artigos 13, 61, 62, 63 e 87) contempla vários aspectos, entre os quais o atendimento ao Artº 207 da Constituição Federal que estabelece a obrigatoriedade e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, bem como as questões epistemológicas relacionadas a novos paradigmas e princípios éticos da Educação.

Estas proposições foram decorrentes das transformações sociais e econômicas em curso e da criação de determinados marcos legais, a partir da Constituição de 1988, que implicaram em um novo ordenamento jurídico para a sociedade e, conseqüentemente, para a Educação. A partir do ordenamento estabelecidos pela LDB, foram propostos, uma série de Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação que apresentam análises e normas para o ensino profissional e para os cursos de Licenciatura<sup>12</sup>; e, específicos para a educação do campo<sup>13</sup>. Resgata-se uma dívida histórica com a população rural, através do reconhecimento do direito à educação para quem vive no e do campo.

Porém, este período foi caracterizado pela modernização agrícola, globalização de mercados e permanência da concentração fundiária, sendo uma proposta educacional pública para o campo cada vez mais difícil de ser aceita devido a percepção ainda dominante na sociedade de que o campo é um lugar de atraso, ou um espaço dedicado exclusivamente à produção agropecuária. Conseqüentemente, as escolas agrotécnicas, colégios agrícolas e escolas rurais e/ou do campo, são no Brasil ainda em número insuficiente em relação à importância do seu potencial como agência de desenvolvimento local para atender à demanda de formação de jovens e adultos. Devemos considerar, também, que estas escolas também são deficientes por não estarem voltadas para a conscientização dos estudantes sobre a compreensão das redes históricas econômicas e sociais de uma sociedade globalizada.

O período do início dos anos de 2000 até 2010 é marcado por uma grande presença dos movimentos sociais que reivindicavam significativas modificações na Educação, mas também na organização política, social e econômica do cenário nacional brasileiro. Estas transformações influenciaram direta ou indiretamente a LA.

---

<sup>12</sup> Destaca-se aqui o Parecer 009 e o Parecer 021, ambos do ano de 2001 e as respectivas Resoluções, de número 01 e 02, do ano de 2002; o Decreto Federal N. 5626/2005 que regulamenta a inclusão de Libras nas Licenciaturas; a Lei 10.639/03 e a Resolução nº217/2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE que regulamenta a inclusão de disciplinas voltadas para a Educação das Relações Étnico-raciais; e o Art. 08 da Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 que regulamenta sobre a Educação em Direitos Humanos.

<sup>13</sup> Destaca-se o Parecer N° 36, de 04.12.2001 do CNE; e o Programa Nacional de Educação do Campo instituído pelo Decreto nº 7.352 (04/11/2010) que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Em 2002 foram propostas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº1, de 2002), como resultando de um intenso diálogo com os movimentos dos trabalhadores rurais. Os movimentos sociais viam a educação do campo como um direito<sup>14</sup>, pois o campo era visto como espaço multicultural, diverso, heterogêneo, com atividades agrícolas e não-agrícolas, multifuncional e como espaço de vida, com diferentes saberes e necessidades.

Em 2006 é promulgada a lei da Agricultura familiar (Lei nº 11.326 de 24/07/2006) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Esta política tirou da invisibilidade um seguimento importante da agricultura brasileira, produtor de alimentos. Neste mesmo ano são identificados no Censo Agropecuário do IBGE a existência de mais de 4 milhões de estabelecimento rurais da agricultura familiar, tal como comentado anteriormente.

Em 2010 é regulamentada a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (Lei nº12.188 de 11/01/2010)<sup>15</sup> que institui a Política Nacional de ATER. Nesta lei a Assistência Técnica e Extensão Rural é definida como um serviço de educação não-formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Em 2010 também é formalizada a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)<sup>16</sup> (Decreto nº 7352, de 2010), onde são ressaltados a definição de população do campo, escola do campo, bem como seus princípios, modalidades e estratégias. Uma delas é a criação de uma Comissão Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal.

Em decorrência deste Decreto é instituído o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), em 2012, que disciplina ações específicas de apoio à Educação do Campo e à educação quilombola. Este é estruturado a partir de quatro eixos, a saber: 1) Gestão e práticas pedagógicas que contempla: a) Programa Nacional do Livro Didático (PNLDCampo); b) Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE temático); c) Mais Educação Campo; d) Escola da Terra. O segundo eixo é a Formação de Professores que se desdobra em duas linhas, sendo a primeira, Formação Inicial de Professores e, a segunda, Formação Continuada de Professores. O terceiro eixo é a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica, que por sua vez contempla três linhas (EJA, Saberes da Terra e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATER). O quarto eixo se refere a Infraestrutura e Tecnológica (construção de escolas; Inclusão Digital; Programa Dinheiro Direto na Escola; Água e Esgoto na Escola; Luz para Todos na Escola).

Outro aspecto das mudanças ocorridas no período indicado anteriormente é que várias políticas e medidas foram estabelecidas em torno a uma organização produtiva preocupada com o meio ambiente. Como exemplo, podemos citar a Lei dos Orgânicos (Lei nº10.831, de 23/12/2003) que dispõe sobre agricultura orgânica, evoluindo para em 2012 fosse instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. É estabelecido uma outra lógica produtiva para o campo, onde o ensino das Ciências Agrárias necessita se ajustar.

Na perspectiva de formação de professores, em 2002 através da Resolução 01º CNE institui as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da educação básica.

---

<sup>14</sup> Esta proposta foi feita no âmbito de vários eventos nacionais dos trabalhadores rurais, as quais destacamos o Iº Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, em Brasília, em 1997 e a Iª Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo, em 1998.

<sup>15</sup> Os princípios da Política de Ater foram lançados no início do ano de 2004.

<sup>16</sup> O PRONERA já era havia sido lançado em 1998 como um programa do governo federal (Portaria Nº. 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária), onde foram reconhecidas as especificidades do trabalho educacional no campo, com vistas a ajustar as diversas políticas públicas voltadas para o campo.

Neste mesmo ano através da Resolução 02 também do CNE normatiza a carga horária dos cursos de licenciaturas.

A criação do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na década de 1970 foi fruto de uma série de articulações e transformações que se processavam no contexto do rural e na educação para atender a uma demanda da sociedade pela qualificação do Ensino Agrícola. Após mais de 40 anos, a LA precisa considerar as novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais do meio rural e a existência de um conjunto de novas políticas voltadas para o campo, entre elas, para a educação do campo.

Entendemos que a formação de educadores deve contribuir para a criação de uma sociedade cujos membros sejam capazes de atender às exigências do mundo do trabalho, sem perder de vista a formação integral do cidadão e a sua responsabilidade na construção de formas de desenvolvimento orientadas pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

O ensino médio profissionalizante agrícola, que em 2009 completou cem anos<sup>17</sup>, é a principal área de atuação dos licenciados em Ciências Agrícolas e deve ser valorizado sob a ótica do processo socioeconômico de desenvolvimento global e do desenvolvimento local. Destaca-se a importância da formação de educadores que compreendam a enorme contribuição do campo, particularmente a agricultura familiar, para o desenvolvimento nacional.

Portanto, o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas tem como objetivo formar educadores que contribuam com práticas educativas para ampliar os conhecimentos e o estabelecimento de uma convivência sustentável dos seres humanos com a natureza. Os educadores formados por este curso estão aptos a desenvolver suas habilidades e competências no ensino fundamental, médio e na educação profissional de jovens e adultos do campo. O curso ainda objetiva: formar gestores de processos educacionais e de programas de capacitação profissional; capacitar para assessoria em projetos de educação de jovens e adultos; formar mediador/gestor de desenvolvimento local e o educador(a) ambiental.

Nos últimos anos tem ampliado a rede de educação profissional através de instituições federais, estaduais e privadas (vinculadas as organizações não-governamentais) demandando um grande número de professores para atuar na Educação para o campo. Boa parte da oferta de cursos hoje se direciona para atender a formação daqueles que vivem do e no campo e atuam de forma diversificada e multifuncional.

Os objetivos do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas estão vinculados ao atendimento desta demanda da educação formal do campo além da formação do educador para atuar em outros setores ligados ao desenvolvimento local sustentável com atividades de educação não-formal.

Compreende-se que, enquanto projeto, esta modalidade de educação promoveria o trabalho de seus egressos, a melhoria educacional de jovens oriundos da agricultura de base familiar, bem como o próprio contexto rural associando a projetos governamentais e/ou não-governamentais. O trabalho do(a) educador(a) egresso deste curso repercute no mundo rural e sobre a formação do agricultor brasileiro. Forma técnicos agrícolas com um novo perfil e contribui para melhorar a formação deste profissional que já desempenha historicamente um papel fundamental como mediador junto as famílias agricultoras e as propriedades rurais.

A área de atuação do educador(a) formado pelo curso, não se limita a sala de aula. O trabalho fora da escola é de máxima importância. O desafio consiste em dotar as populações rurais dos recursos necessários para que sejam elas protagonistas centrais da construção de novos territórios e um novo conceito de desenvolvimento.

---

<sup>17</sup> Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina, em 1909, o Decreto nº 7.566, criando, dezanove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Conscientes de importantes mudanças ocorridas através das políticas para o campo e para a formação de professores, o curso institui uma proposta de “Repensar LA” que elenca diferentes diálogos com alunos, professores, organizações públicas governamentais e não-governamentais para discutir a importância do curso. Além de garantir um processo histórico de escutar diferentes setores da sociedade, busca estar alerta para as políticas públicas, entendendo-as como resultante de complexas e intrincadas lutas de diferentes matizes e interesses. A formação do educador preparado tecnicamente, eticamente e moralmente consciente de seu papel, é um desafio colocado principalmente pela enorme crise civilizatória e pelos conflitos que esta crise trás.

No Brasil ainda são poucas as instituições que formam educadores com este perfil e a UFRPE tem realizado este projeto formativo de forma inovadora, dentro de um contexto mais amplo e contemporâneo de educação para o campo. O curso de LA avança em oferecer um modelo que atenda a uma demanda específica. Por isso, invoca a autonomia da IFES que o abriga, sustentando-se no caráter de diversidade e peculiaridade de sua proposta formativa, tal como está fundamentado na LDB.

A LDB se estrutura a partir da educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), tendo sua continuidade através da educação superior que atende a população através de cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão. A educação básica tem por objetivo o desenvolvimento do educando que possibilite o pleno exercício da cidadania, ao mesmo tempo, que o prepara para o mundo do trabalho ou a continuidade de seus estudos. Em outras palavras, a educação básica deve necessariamente preparar os jovens para atuar na sociedade de forma profissional. Assim a orientação para o trabalho é uma importante diretriz a ser seguida.

Para a população rural é destacado a necessária adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, observando os diferentes biomas e manejando-os para que possam produzir de forma sustentável. Assim compreender a natureza do trabalho na zona rural é um desafio da educação básica que, portanto, passa a ser uma exigência na atuação do educador. Também é importante destacar o contexto do campo com relação a sua cultura específica, ou seja, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, espaço, ambiente e quanto ao modo de vida, consumir, divertir, de organizar a família e o trabalho. Para isso compete ao ensino médio, o aprofundamento dos conhecimentos, na preparação para o trabalho e a cidadania, na compreensão científica e tecnológica dos processos produtivo e de vida, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina oferecida, em determinados contextos e realidades, num processo crescente de desenvolvimento cognitivo, indo de conceitos mais simples até aqueles aplicados a determinadas situações.

Na perspectiva da educação do campo está claro a necessidade do domínio das Ciências Agrárias, aquela que trata da produção vegetal e animal. A vida no e do campo exige conhecimentos aprofundados dos elementos da natureza e de sua praxis, que se materializam em processos produtivos que garantam a vida, o consumo, a produção e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis.

Nesta perspectiva a formação de professores para a educação do campo, com foco nas questões agrônomicas, ganha importância pelos inúmeros programas oficiais existentes, bem como, pelo amplo campo de aplicação das Ciências Agrárias no campo e na cidade<sup>18</sup>. Assim formar professores para a educação do campo implica em uma complexa combinação de ciências que permitam o manejo adequado dos bens da natureza de forma profissional e adequada aos diferentes agroecossistemas onde se vive, produz, consome e se reproduz socialmente.

---

<sup>18</sup> A existência de elementos do rural na vida urbana é significativa e exige conhecimentos específicos sobre o manejo vegetal e animal.

Por isso, a UFRPE oferece uma possibilidade formativa a mais para os profissionais das Ciências Agrárias, pois possibilita a ampliação opcional dos currículos técnicos, com uma formação pedagógica oferecida pela LA. O profissional, mesmo que não venha a lecionar, adquire uma visão social de sua profissão, de utilidade inquestionável na sociedade. Assim, o licenciado é reconhecido como profissional com dupla formação, isto é, técnico e educador e pode se habilitar a atuar no Ensino Agrícola, estando apto a lecionar disciplinas de sua área de formação técnica específica como opção profissional (TAVARES, 2005<sup>19</sup>; UFRPE/LA, 2016<sup>20</sup>)

Desta forma, a LA possibilita uma formação mais completa, pois qualifica o profissional com uma formação pedagógica, amplia o seu mercado de trabalho e facilita o ingresso do licenciado em instituições públicas e privadas que desenvolvem atividades de formação de recursos humanos e de inovação tecnológica agropecuária e de serviços afins. Paralelamente, a existência de um curso interligado a outros cursos das Ciências Agrárias oferece na universidade a possibilidade de se exercitar de forma crítica uma contribuição aos demais cursos, pois combina de forma inovadora técnicas pedagógicas com técnicas agropecuárias, possibilitando a formação de cidadãos e profissionais qualificados para a sociedade.

Esta perspectiva é corroborada pelos diferentes setores governamentais e não-governamentais, professores, estudantes e ex-alunos com os quais a LA vem mantendo diálogo ao longo do tempo. Diferentes parceiros do curso<sup>21</sup> reafirmam a importância da LA para a formação dos profissionais de Ciências Agrárias que atuam com educação não-formal, oferecendo uma formação mais humanística, social e agroecológica, num contexto vigente até 2016 de fortalecimento da agricultura familiar e de ampliação de políticas públicas para este setor.

## 5. OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

Formar educadores que contribuam com práticas educativas para ampliar os conhecimentos e o estabelecimento de uma convivência sustentável do ser humano com a natureza.

### Objetivos Específicos:

- Formar professores(as) para o ensino médio e a educação profissional tecnológica e de jovens e adultos;
- Formar gestores(as) de processos educacionais e de programas de capacitação profissional;
- Capacitar para a assessoria em projetos de educação de jovens e adultos;
- Formar mediadores/gestores(as) de desenvolvimento local e;
- Formar educadores(as) agrícolas.

---

<sup>19</sup> Op. Cit.

<sup>20</sup> UFRPE/LA. **Reformulação curricular da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE. Por onde vamos? A formação do educador do campo em questão.** Recife, Maio de 2016. 13p.

<sup>21</sup> Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, entre outros.



## **6. PERFIL DO PROFISSIONAL**

Os(as) estudantes de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) terão uma sólida formação generalista, crítica e ética vinculada as diferentes áreas das Ciências Agrárias, em conexão com uma formação pedagógica, vinculada a Educação.

Os(as) Licenciados(as) em LA terão habilitação para atuar no ensino básico, mais especificamente, no ensino médio e profissional, de jovens e adultos que vivem e/ou trabalham no campo, em disciplinas específicas da área de Ciências Agrárias<sup>22</sup>.

Os(as) egressos de LA poderão atuar também na gestão de processos educacionais e de programas de capacitação profissional, mais especificamente na extensão rural realizada no âmbito da escola, mas também, fora dela (na comunidade) e no desenvolvimento de processos educacionais de capacitação profissional, nos projetos e ações de educação ambiental, na assessoria de projetos de educação de jovens e adultos, etc.

A LA trabalha com uma perspectiva crítica, comprometida com as transformações socioambientais do campo pernambucano, reconhecendo a importância da agricultura familiar como um seguimento socioeconômico importante e tomando a educação do campo e a agroecologia como eixos orientadores das suas atividades. O(a) Licenciado(a) em Ciências Agrícolas poderá trabalhar com todas as áreas relativas ao Ensino Agrícola vinculado as Ciências Agrárias, como também com agroecologia, agricultura familiar, desenvolvimento local sustentável, educação do campo, metodologias populares e participativas.

Estas características da LA proporcionaram aos licenciados uma formação mais ampla e completa, com possibilidades de inserção profissional em instituições públicas e privadas de educação formal e não-formal.

### **6.1. COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES**

As competências que um(a) professor(a) de jovens e adultos deve ter e desenvolver permeiam todos os momentos do ato de ensinar e aprender, seja por meio da ação, das tomadas de decisões, o pesquisar, o incitar a pesquisar, o descobrir, o deixar descobrir, o aprender contínuo que permitem transformar pontos fracos em fortes, defeitos em qualidades, desmotivação em entusiasmo e ação.

Os saberes adquiridos na vida cotidiana devem ser articulados com os saberes escolares, para que seja possível a formação de um cidadão que possa estar preparado para a vida e para a inserção e atuação no mercado de trabalho. Neste sentido, que a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, falam da necessidade do trabalho pedagógico por habilidades e competências, que mobilizam conhecimentos, valores e atitudes, agindo de modo pertinente na resolução de situações problemas. Assim, o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas tem firmado nos(as) egressos(as) as seguintes competências:

- Compreensão referente a valores inspiradores da sociedade democrática:
- Importância da democratiza da terra;
- Importância do meio ambiente, na formação dos valores, comportamentos e visão de mundo rural;
- Gestão dos atores sociais no desenvolvimento local;

---

<sup>22</sup> Ainda que mudanças substanciais venham acontecendo quanto a formação de professores, de acordo com a LDB, Art. 62, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá acontecer em nível superior, em curso de licenciatura em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério (Brasil, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

- Prática educativa como resultante de uma concepção política e social e;
- Formação ligada ao exercício da cidadania e da prática social.

- Compreensão referente ao papel social da escola:

- Ao contexto rural que se insere a instituição de ensino;
- Ao papel da escola como “lócus” de desenvolvimento local e,
- Diversidade na formação escolar.

- Compreensão referente ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar:

- O ensino deve promover uma aprendizagem significativa;
- Os conteúdos devem refletir uma aprendizagem significativa.

- Compreensão referente ao domínio do conhecimento pedagógico:

- A produção do conhecimento é fruto de processo histórico e, por isso, a importância da crítica, autonomia, criatividade e inovação na formação docente;

- Compreensão referente ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica:

- Importância do lúdico, do sonho, do prazer, da sedução, da esperança no processo de formação;
- Importância das culturas e do saber popular na construção do conhecimento;
- Importância da dimensão cultural nos processos de transformação.

- Compreensão referente ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional e que o processo de aprendizagem requer uma formação continuada:

- Compreensão do aluno como sujeito da sua aprendizagem.

Á nível de compreensão prática, consideramos as habilidades sócio-cognitivas:

- Planejar aula e coordenar atividades em grupos;
- Autoavaliação e avaliação de aprendizagem;
- Fornecer feedback aos estudantes;
- Flexibilidade para mudanças na atuação;
- Percepção das demandas imediatas do contexto escolar.

## 6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

Os(as) Licenciados(as) na LA poderão atuar nas seguintes instituições:

- Estabelecimentos de ensino fundamental, médio e de educação profissional - Institutos Federais de Educação, Escolas Agrotécnicas Estaduais, Escolas Municipais, Programas de Educação do Campo e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- Agências de Desenvolvimento Rural;
- Organizações não-governamentais dedicadas a educação formal e não-formal;
- Cooperativas e Associações de agricultores;
- Órgãos públicos e privados voltados para a execução de políticas públicas para o campo;

No que diz respeito a **educação formal**, os(as) licenciados(as) em LA podem atuar nos inúmeros cursos de nível médio e profissional vinculados as Ciências Agrárias (por exemplo, cursos técnicos em Agropecuária, Agricultura, Agroecologia, etc). Este nível educacional é oferecido em Pernambuco pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelos Colégios e Escolas Técnicas Estaduais, pelas Escolas Estaduais e por instituições privadas.

Com relação ao **ensino técnico profissional proporcionado por instituições federais**, um dos campos profissionais para os egressos de LA são os Institutos Federais existentes em Pernambuco (Instituto Federal de Pernambuco com sede em Recife e Instituto Federal do Sertão com sede em Petrolina). Estes têm 26 *campus*<sup>23</sup> e oferecem cursos de nível técnico na modalidade integrado, subsequente e EJA. Destes, 10 *campus* oferecem diferentes cursos de Ciências Agrárias, como pode ser visto no quadro a seguir.

### Cursos de nível técnico em Ciências Agrárias nos Institutos Federais existentes em Pernambuco - 2016

Instituição/Campus	Modalidade		
	Integrado	Subsequente	Proeja
<b>Instituto Federal de Pernambuco</b>			
Afogados da Ingazeira		Agroindústria	
Barreiros	Agropecuária		
Belo Jardim		Agroindústria Agropecuária	
Vitória de Santo Antão	Agricultura Agroindústria Agropecuária Zootecnia		
<b>Instituto Federal do Sertão Pernambucano</b>			
Petrolina Zona Rural	Agropecuária	Agricultura Agroindústria Zootecnia	Agroindústria
Floresta	Agropecuária	Agricultura Agropecuária Zootecnia	Agroindústria
Salgueiro	Agropecuária	Agropecuária	
Ouricuri	Agropecuária	Agroindústria	Agroindústria

<sup>23</sup> 16 campus do Instituto Federal de Pernambuco (Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, EAD, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão) e 10 campus e Centros de Referência do Instituto Federal Sertão Pernambucano (Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Salgueiro, Ouricuri, Serra Talhada, Santa Maria da Boa Vista, Centro de Referência de Afrânio, Centro de Referência de Petrolândia e Centro de Referência de Sertânia).

Instituição/Campus	Modalidade		
	Integrado	Subsequente	Proeja
		Agropecuária	
Santa Maria da Boa Vista	Agropecuária	Agropecuária	
Centro de Referência de Afrânio	Agropecuária	Agricultura Agroindústria Zootecnia	Agroindústria

Em Pernambuco também existe o Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI), órgão suplementar da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que é voltado para educação profissional e de nível médio e oferece cursos Técnicos de Agropecuária Integrado e Subsequente e Técnico em Açúcar e Álcool na modalidade Educação a Distância.

Com relação ao **ensino técnico e profissional oferecido por instituições estaduais**, atualmente existem em Pernambuco 4 cursos dedicados as Ciências Agrárias nas seguintes escolas: Escola Técnica Estadual Clóvis Nogueira Alves, em Serra Talhada (Agropecuária); Escola Técnica Estadual de Palmares (Agropecuária), Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos, em Sertânia (Agropecuária); Escola Técnica Estadual Pedro Leão Leal, em São José do Belmonte (Agroecologia).

Outra experiência de ensino médio profissional existente em Pernambuco vem de uma organização não-governamental chamada Serta (Serviço de Tecnologia Alternativa), localizada em Glória de Goitá e Ibimirim, com o curso técnico de nível médio em Agroecologia.

Os(as) licenciados em LA também podem atuar no ensino técnico do ensino fundamental oferecido pelas Escolas Estaduais nos componentes curriculares relativos a Habilitação Básica em Agropecuária ou Meio Ambiente e nas Escolas Estaduais ou Municipais com o componente curricular Meio Ambiente.

No ensino profissional podem atuar em atividades educativas no âmbito de programas de educação de jovens e adultos (EJA) e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Com relação a **educação não-formal**, os licenciados em LA têm campo de trabalho nas instituições que executam extensão rural no estado<sup>24</sup>, já que a partir de 2003 o governo federal passa a investir mais sistematicamente nesta área, ampliando a oferta deste serviço aos agricultores familiares em todo o país, em parceria com organizações governamentais, não-governamentais e privadas. Cabe ressaltar que em 2010 é lançada a Lei de Ater (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e definindo a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Art. 2º). A perspectiva educativa dada a extensão rural entra em consonância com os desafios da formação de profissionais em LA, que já vinha trabalhando há algum tempo nos processos educativos não-escolares, junto com comunidades rurais.

Em Pernambuco também existem algumas iniciativas de construção de uma educação especial/diferenciada protagonizada pelos movimentos sociais, entre eles, o movimento dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, dos indígenas e dos quilombolas. Estes movimentos sociais avaliam que há uma grande demanda por formação de educadores que atuam nas escolas do campo, pois estas escolas vêm contratando de forma precária, profissionais sem habilitação para tanto. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais começam a perceber com mais clareza as potencialidades e a importância política, ética e formativa da aproximação entre escolas do

<sup>24</sup> Alguns exemplos de instituições governamentais são IPA, Prorural, Projeto Dom Helder Câmara; de instituições não-governamentais são Centro Sabiá, Caatinga, Diaconia, Casa da Mulher do Nordeste, Assossene, etc e de instituições privadas são as cooperativas de técnicos, consultorias, etc.

campo e a agroecologia<sup>25</sup> em prol das transformações necessárias nos processos produtivos do campo para a promoção da vida e a favor dos interesses da maior parte daqueles que vivem no e do campo (UFRPE/LA, 2015).

Atualmente existem no Brasil 58 cursos de Licenciatura em Educação do Campo<sup>26</sup> (de acordo com o sistema do MEC - emec). Na região Nordeste existem 13 cursos<sup>27</sup>, mas não temos nenhum em Pernambuco, sinalizando uma carência na oferta de educadores do campo para a região, o que nos indica uma demanda pela formação de educadores com o perfil proposto por LA.

Outro campo de trabalho importante para os(as) Licenciados(as) em Ciências Agrícolas pode ser as cinquenta e três (53) Escolas Familiares Rurais existentes em 5 estados da região Nordeste (Bahia, Piauí, Sergipe, Maranhão e Ceará)<sup>28</sup>, que oferecem diferentes níveis de ensino para jovens agricultores da região.

## 7. REQUISITOS DE INGRESSO

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) deve ser oferecido para estudantes de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia de Pesca, assim como para profissionais já formados nestas áreas. Essa modalidade torna a licenciatura opcional para estudantes e profissionais das Ciências Agrárias que tem interesse em ter também uma formação pedagógica<sup>29</sup>.

O ingresso dos(as) estudantes no curso de LA se dá através de seleção pública especial, com entrada extra, sem ter que realizar o Sistema de Seleção Unificada (SISU). O processo é organizado semestralmente pela Coordenação do Curso para selecionar 40 (quarenta) alunos(as) por semestre.

Assim, poderão pleitear o ingresso na Licenciatura em Ciências Agrícolas:

i) Estudantes dos cursos de Ciências Agrárias de qualquer instituição de nível superior: Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Engenharia Agrícola e Ambiental, desde que estejam matriculados a partir do 5º período nos cursos supracitados;

ii) Profissionais já formados/as e portadores/as de diploma dos mesmos cursos de Ciências Agrárias citados outorgados por instituições de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação do Brasil.

---

<sup>25</sup> Ver CALDART, Sueli. Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/301416870/Escolas-Do-Campo-e-Agroecologia-Roseli-Fev16-1>, em maio de 2016.

<sup>26</sup> Muitos cursos foram criados no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) e seu subprograma Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), lançado em 2012 pelo Governo Federal.

<sup>27</sup> Existem 4 cursos de Licenciatura em Educação do Campo na Bahia, 4 no Piauí, 2 no Maranhão, 2 no Ceará e 1 na Paraíba.

<sup>28</sup> UNEFAB. Número de EFAS no Brasil. Disponível em [http://unefab.org.br/home/num\\_efasbr.htm](http://unefab.org.br/home/num_efasbr.htm), em janeiro de 2017.

<sup>29</sup> LA passa a adotar essa característica respaldada pela seguinte legislação federal: Portaria Ministerial 396/77; Resolução 07/82 do Conselho Federal de Educação; reconhecimento do curso pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 18/82 e autorizado pela Portaria Ministerial 97/82. A UFRPE regulamentou a formação dos Licenciados em Ciências Agrícolas com base na legislação comentada anteriormente através da Resolução 117/83 (Tavares, 2005).

O processo seletivo especial é realizado mediante o lançamento de um edital próprio pela Universidade. O processo seletivo se dá mediante 3 etapas: 1 – Abertura de um processo de solicitação de inscrição para a Coordenação do Curso, com as cópias dos seguintes documentos (Xerox do Histórico Escolar; Xerox do Diploma (se for o caso); Currículo Lattes (Ver site: <http://lattes.cnpq.br/>); 01 foto 3x4; Ficha 19 (Comprovação de conclusão do ensino médio) Documentos pessoais - RG, CPF, título de eleitor(a), reservista (para candidatos do sexo masculino), certidão de nascimento (ou casamento); Portadores de diploma, deverão pagar taxa de matrícula, no ato da matrícula, caso sejam selecionados); 2 – Análise do currículo Lattes; 3 – Entrevistas.

O total de vagas anual é de oitenta (80) vagas, sendo selecionados a cada semestre, quarenta (40) estudantes.

## **8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

O processo de ensino-aprendizado deverá se orientar por uma formação de educadores(as) que possa contribuir com o desenvolvimento sustentável do campo brasileiro, colocando em prática processos pedagógicos fundados em uma formação crítico-reflexiva e comprometida com a democratização do ensino, o protagonismo dos agricultores familiares e orientado pela Agroecologia.

Para tanto o curso se propõe a adotar princípios da metodologia construtivista e da educação popular, adotando métodos de ensino que possibilitem a problematização da realidade educacional e do campo, o diálogo horizontal entre estudantes e professores(as), a construção participativa de conhecimentos e a integração de conteúdos. Assim, a orientação metodológica do curso é superar as barreiras da educação bancária, da disciplinaridade e do difusionismo tecnológico<sup>30</sup>, dominantes na educação agrícola convencional.

A metodologia adotada e os métodos de ensino devem orientar:

- 1) Maior integração entre os professores e as disciplinas sob suas responsabilidades;
- 2) Superação do conhecimento disciplinar com vistas a uma maior interdisciplinaridade;
- 3) Estudantes tendo a oportunidades de participar como protagonistas do processo de construção do conhecimento nas atividades de ensino teórico-práticas, melhorado o processo de ensino-aprendizagem, superando a educação bancária;
- 4) Envolvimento dos estudantes em processos de pesquisa e ensino na preparação das atividades de Culminância;
- 5) Trabalhar a partir de eixos temáticos, como será visto mais adiante.

Os(as) professores(as) do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas devem desenvolver sua prática docente adotando técnicas de ensino que promovam a construção do conhecimento aliada à formação humanista. A prática docente pode acontecer em sala de aula ou fora dela, através de atividades extra-classe. Nas aulas práticas e teóricas, devem ser adotados métodos de ensino aplicados a grupos, onde prevaleça a interação, o diálogo, a cooperação, o intercâmbio de ideias, a problematização e a realização de vivências, intercâmbios, jornadas, aulas práticas, círculos de cultura, atividades de extensão e pesquisa

---

<sup>30</sup> Difusionismo tecnológico é uma perspectiva metodológica adotada por certos seguimentos da extensão rural em que técnicos são responsáveis pela extensão de conhecimentos cientificamente válidos e aplicáveis à pecuária e agricultura para os agricultores, ou seja, quando há a difusão de conhecimentos de uma fonte que supostamente sabe (técnicos, cientistas, estações experimentais) para um receptor que supostamente não sabe (povo rural).

com comunidades rurais e instituições educativas, laboratórios de ensino em sala de aula e regência nas instituições de ensino. É recomendado o uso de metodologias participativas em sala de aula e nas atividades de campo.

As aulas em sala acontecerão com os(as) estudantes organizados em círculos, facilitando a melhor visualização de todos(as) envolvidos(as) e o(a) professor(a) que terá o papel de facilitador(a) do processo de ensino-aprendizagem.

Todos(as) terão a oportunidade de expressar suas ideias, a partir de um tema em questão, antecipado ou não de uma leitura prévia indicada para o debate. Os(as) estudantes são considerados sujeitos do processo, e o objeto do ensino-aprendizagem será o conhecimento que deseja ser construído. A troca de saberes é um dos princípios da prática docente, quando o conhecimento prévio dos(as) estudantes serve de base para o diálogo. Neste caso, o diálogo é interdisciplinar pelo conhecimento trazido pelos(as) estudantes advém das diversas áreas do conhecimento das Ciências Agrárias e seus respectivos cursos, em diferentes fases da vida (jovens, adultos, idosos) e de experiência (sem experiência ou com experiência profissional como técnicos).

A formação dos futuros educadores(as) têm nos conhecimentos e conteúdos das Ciências Agrárias, a base teórica para se pensar e experimentar diferentes técnicas de ensino (na educação formal ou não-formal) para determinados sujeitos do campo (agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores, entre outros) considerando o contexto histórico e a organização social. As aulas devem constar de uma parte teórica com leitura de textos e discussão em sala, e uma parte prática, que pode ser, visitas de campo em Escolas Agrotécnicas, assentamentos ou comunidades rurais, ligadas a movimentos sindicais, sociais, ONGs e associações. Neste caso, as aulas se orientam por uma reflexão sobre as famílias de agricultores familiares, o trabalho produtivo (do plantio ou criação animal, beneficiamento e comercialização, etc) e as formas de organização. Espera-se despertar nos(as) estudantes o senso crítico para a construção de uma perspectiva de campo baseada nas diversidades dos sujeitos, seus saberes e cultura e os conflitos agrários e ambientais vividos.

Para garantir a integração entre os diferentes componentes curriculares dentro de cada um dos semestres e entre os semestres, serão adotados seis (6) eixos integradores, sendo um por período, sobre diferentes dimensões da Educação. São eles: Educação e Sociedade; Aprendizagem e Desenvolvimento Humano; PPC para a Educação do Campo; Gestão de Processos Educativos; Práticas de Educação Agrícola; Práxis Educativa, como pode ser visto no quadro a seguir.

#### **Eixos integradores da LA, por período**

<b>Eixos integradores</b>	<b>Períodos</b>
Educação e Sociedade	1º período
Aprendizagem e Desenvolvimento Humano	2º Período
PPC para a Educação do Campo	3º Período
Gestão de Processos Educativos	4º Período
Práticas de Educação Agrícola	5º Período
Práxis Educativa	6º Período

Estes eixos deverão orientar todos os conteúdos trabalhados, inclusive os temas transversais como educação para os direitos humanos e educação ambiental e serão trabalhados de forma interdisciplinar.

Todas as disciplinas do semestre e suas respectivas atividades (em sala de aula ou fora dela) devem se orientar pelo seu respectivo eixo integrador, e o(a) professor(a) responsável pela disciplina de Prática de Ensino deve ficar responsável pela integração destas disciplinas.

As aulas teóricas e práticas, na medida do possível, devem ser conduzidas de forma coletiva pelos(as) professores(as). As atividades preparatórias para a Culminância necessariamente devem ser organizadas de forma coletiva, reunindo o conjunto dos(as) professores(as) do semestre, para orientação do trabalho a ser apresentado no final do semestre.

## **9. ESTRUTURA CURRICULAR**

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) tem uma duração mínima de 3 (três) anos (6 semestres), com uma carga horária total de 2.955 horas. A estrutura curricular do curso está organizada com os seguintes componentes curriculares:

1) Formação Profissional Específica – A Formação Específica é propiciada por dois componentes curriculares dedicados a formação em Ciências Agrárias, intitulados “Tópicos de Produção Animal<sup>31</sup>” ou “Tópicos de Produção Vegetal<sup>32</sup>”, que são compostos por um conjunto de disciplinas que devem somar um total de 1.185 horas cada. Estas disciplinas são aproveitadas dos bacharelados de Ciências Agrárias e podem ser cursadas na UFRPE ou em qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. O estudante poderá cursar as disciplinas relativas a estes componentes curriculares desde o começo do curso de LA (Ver Quadro 4 de Equivalência das Disciplinas e detalhamento adiante);

2) Formação Profissional Pedagógica – Este componente curricular é organizado em 14 disciplinas com uma carga horária total de 960 horas dedicadas a formação pedagógica e ofertadas pelo Departamento de Educação (Área I - Planejamento e Orientação Escolar; Área II - Métodos e Técnicas de Ensino; Área III - Psicologia e Orientação Profissional; Área IV - Educação Agrícola e Extensão Rural) e pelo Departamento de Letras desta Universidade (Ver detalhamento adiante);

3) Prática de Ensino – A Prática de Ensino é formada por seis (6) disciplinas com uma carga horária total de 405 horas. São ofertadas pelo Departamento de Educação desta Universidade. Ver detalhamento adiante;

4) Estágio Curricular Obrigatório – O Estágio Curricular Obrigatório tem uma carga horária total de 405 horas, sendo organizado em três (3) disciplinas ofertadas pelo Departamento de Educação desta Universidade. Ver detalhamento adiante;

5) Atividades Complementares – São atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre temas relativos a Educação Agrícola e tem uma carga horária total de 210 horas. Podem ser realizadas desde o começo do curso. Ver detalhamento adiante.

Todos estes componentes curriculares deverão ser integralizados ao currículo de LA até o final do curso.

A seguir, detalhamos cada um dos componentes curriculares.

### **Formação Profissional Específica**

A Formação Profissional Específica é propiciada por dois componentes curriculares intitulados “Tópicos de Produção Vegetal” e “Tópicos de Produção Animal” e tem como

---

<sup>31</sup> O componente curricular “Tópicos de Produção Animal” tem relação com as disciplinas a serem aproveitadas dos cursos de Zootecnia, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária.

<sup>32</sup> O componente curricular “Tópicos de Produção Vegetal” tem relação com as disciplinas a serem aproveitadas dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola e Ambiental.



objetivo subsidiar a formação específica do Licenciado em Ciências Agrícolas. Consiste no aproveitamento de um conjunto de disciplinas (carga horária de 1.185 horas) vindas dos cursos de bacharelado das Ciências Agrárias.

Os(as) estudantes provenientes dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola e Ambiental aproveitam as disciplinas para os “Tópicos de Produção Vegetal” e os(as) estudantes provenientes dos cursos de Zootecnia, Medicina Veterinária e Engenharia de Pesca aproveitam as disciplinas para os “Tópicos de Produção Animal”, como pode ser visto no quadro a seguir.

### **Disciplinas da Formação Profissional Específica, aproveitamento por cursos de Ciências Agrárias e carga horária por semestre**

<b>Disciplinas de LA</b>	<b>Cursos de Ciências Agrárias</b>	<b>Carga horária mínima (h)</b>
Tópicos de Produção Animal	Zootecnia, Medicina Veterinária e Engenharia de Pesca	1.185h
Tópicos de Produção Vegetal	Agronomia, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola e Ambiental	1.185h

As disciplinas a serem aproveitadas em cada um dos dois Tópicos de Produção deverão seguir um Quadro de Equivalência (Ver mais adiante, no item Matriz Curricular) a ser considerado na matriz curricular de LA. Estas disciplinas a serem aproveitadas terão uma carga horária mínima de 1.185 horas.

O aproveitamento se dará mediante uma solicitação formal feita pelos(as) estudantes, apreciação da Coordenação do Curso e aprovação do Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do curso.

Estas disciplinas poderão ser aproveitadas até o 6º período (Ver a Representação Gráfica da Matriz Curricular, mais adiante) e devem ser integralizadas ao currículo da LA no 6º período.

### **Formação Profissional Pedagógica**

A Formação Profissional Pedagógica é composta por 14 disciplinas com uma carga horária total de 750 horas voltadas para a formação de professores (Ver mais adiante, no item Matriz Curricular). Essas disciplinas estão vinculadas ao Departamento de Educação e de Letras desta instituição.

Para a construção da matriz curricular da Formação Profissional Pedagógica partiu-se dos seguintes princípios:

1. Articulação dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional;
2. Interação, comunicação e desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
3. Disciplinariedade e interdisciplinariedade;
4. Articulação entre a formação comum e a formação específica;
5. Articulação dos conhecimentos específicos das Ciências Agrárias e dos conhecimentos educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
6. Inclusão dos temas Direitos Humanos e Educação Ambiental de forma transversal as demais disciplinas e componentes curriculares;

As disciplinas da Formação Profissional Pedagógica assim organizadas dão uma visão da realidade educacional partindo do macro (relações entre a escola, o sistema educacional e o sistema social mais amplo), orientada pela perspectiva da área específica de conhecimento, passando pelas relações dentro da escola, até as questões micro, ligadas à aprendizagem de conceitos específicos. Foram estruturadas no semestre, tendo os eixos integradores responsáveis por tornar possível a articulação entre os conteúdos trabalhados. As disciplinas de Práticas de Ensino são as responsáveis por esta articulação, tal como veremos mais adiante.

Como a proposta pedagógica do curso de LA tem como princípio a interdisciplinaridade, que é executado e praticado através dos eixos temáticos, o tema da educação em direitos humanos deve ser trabalhada de forma a considerar que toda educação deve dignificar o ser, tornando-o protagonista de uma projeto de mundo melhor como um direito de todos(as). Assim, as práticas pedagógicas devem ser tratadas como “ações militantes” na defesa dos direitos humanos, quando deve-se buscar criar espaços participativos na vida cotidiana do curso e articulações e redes de ações solidárias entre os(as) estudantes e destes, com a sociedade com a qual convive-se através das práticas educativas. A educação em direitos humanos, tratada por meio das práticas pedagógicas, deve sensibilizar o indivíduo a participar de um processo ativo na resolução de problemas em um contexto de realidades específicas e orientar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho de edificar um presente e um futuro melhor.

Junto com o tema da educação ambiental, o tema dos direitos humanos é trabalhado de forma transversal principalmente nas disciplinas de “Educação Agrícola e Sociedade Rural”, “Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira”, “Estrutura e Funcionamento da Educação Agrícola” e Educação para as Relações Étnico-Raciais”, bem como nas disciplinas que compõem as “Práticas de Ensino”.

Os temas sobre os direitos humanos podem aparecer nos diferentes trabalhos realizados sobre democratização da educação, desigualdades de gênero e geração, educação e a questão quilombola, educação e a questão indígena, educação para a reforma agrária e a questão agrária, justiça socioambiental, etc., em consonância principalmente com os três primeiros eixos integrados “Educação e Sociedade”, “Aprendizagem e Desenvolvimento Humano” e “PPC para a Educação do Campo”.

O tema da educação ambiental deve ser trabalhado a partir de questões como: ecologização dos sistemas de produção agropecuária, na crítica aos impactos negativos da atividade produtiva agropecuária industrial, na agroecologia, etc, sempre vinculados as questões do campo. Os estudantes também têm a oportunidade de trabalhar conteúdos como campesinato, sustentabilidade, desenvolvimento rural, psicologia rural, educação do campo, educação popular, educação contextualizada, convivência com o semiárido, extensão rural, juventude rural, políticas públicas para a agricultura familiar, agroecossistemas, entre outras, através de atividades em sala de aula e atividades extraclasse. Os eixos integrados “Educação e Sociedade”, “PPC para a Educação do Campo” e “Prática Educativa” favorecem o trabalho sobre educação ambiental, em especial, aquela vinculada ao campo.

As diversas disciplinas teóricas junto com as Práticas de Ensino deverão ser planejadas conjuntamente pelos(as) professores(as), de modo a intensificar as relações teoria-prática, contextualizadas nas situações vivenciadas na escola e nos demais ambientes educativos não-formais.

## **9.1. FUNCIONAMENTO DO CURSO**

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) é presencial, adota o sistema de créditos e tem duração mínima de três (3) anos (6 semestres) e máxima de 5,1 anos (10 semestres). O período de funcionamento é noturno, para que possa receber os(as) estudantes que

ainda estudam cursos de Ciências Agrárias, além dos(as) estudantes-trabalhadores, dando maiores possibilidades de acesso à universidade e de uma formação mais ampliada.

As características do curso são:

<b>Modalidade</b>	Presencial
<b>Regime de Funcionamento</b>	Semestral
<b>Sistema</b>	Créditos
<b>Turno de Funcionamento</b>	Noturno
<b>Total de Créditos</b>	2.955 horas
<b>Período Mínimo de Integralização Curricular<sup>33</sup></b>	3 anos
<b>Período Máximo de Integralização Curricular<sup>34</sup></b>	5,5 anos

Na matriz curricular, algumas disciplinas tem pré-requisito, ou seja, as disciplinas de um semestre são pré-requisitos das disciplinas do próximo semestre. Mais detalhes podem ser vistos no item 9.4 (Programas de disciplinas por componente curricular).

Neste curso, não é obrigatório o Exame Nacional de Cursos de Graduação (Enade) como Componente Curricular da matriz do curso.

## 9.2. MATRIZ CURRICULAR

A seguir apresentamos cada uma das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, para a Formação Profissional Pedagógica.

CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
<b>1º Período</b>				
05318	DEd	Introdução a Psicologia Educacional	60h	04
05105	DEd	Fundamentos Filosóficos, Históricos e Sociológicos da Educação Agrícola	60h	04
05440	DEd	Educação Agrícola e Sociedade Rural A	60h	04
05106	DEd	Prática: Metodologias Participativas	45h	03
TOTAL			225h	15
<b>2º Período</b>				
05340	DEd	Psicologia do Desenvolvimento	60h	04
05140	DEd	Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira	60h	04
05341	DEd	Psicologia da Aprendizagem	60h	04
05141	DEd	Prática: Planejamento	60h	04
TOTAL			240h	16
<b>3º Período</b>				
05240	DEd	Didática A	60h	04
05142	DEd	Estrutura e Funcionam do Ensino Agrícola	60h	04
05143	DEd	Prática: Gestão	75h	05
05145	DEd	Educação das Relações Étnico-raciais	60h	04
TOTAL			255h	17
<b>4º Período</b>				

<sup>33</sup> Consideramos somente o período necessário para realização da Formação Pedagógica, o Estágio Curricular;

<sup>34</sup> Igual à duração plena fixada pelo Curso acrescida de 70 %.

CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
05144	DEd	Gestão de Unidades Educativas	60h	04
05441	DEd	Prática: Sistemas de Produção Agropecuária	75h	05
05241	DEd	Estágio Curricular I	90h	06
04341	DLCH	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60h	04
TOTAL			285h	19
<b>5° Período</b>				
05244	DEd	Metodologia Ensino Agrícola	90h	06
05442/ 05444	DEd	Prática: Produção Animal e Agroindústria I ou Prática: Produção Vegetal e Agroindústria I *	75h	05
05242	DEd	Estágio Curricular II	105h	07
TOTAL			270h	18
<b>6° Período</b>				
05443/ 05445	DEd	Prática: Produção Animal e Agroindústria II ou Prática: Produção Vegetal e Agroindústria II *	75h	05
05243	DEd	Estágio Curricular III	210h	14
TOTAL			285h	19

\* - Disciplinas escolhidas de acordo com a especificidade da formação do estudante – Produção animal ou vegetal;

A seguir apresentamos os componentes curriculares “Tópicos de Produção Animal” e “Tópicos de Produção Vegetal” com cada uma das disciplinas Formação Profissional Específica da LA. Como mencionado anteriormente, estas disciplinas poderão ser aproveitadas pelos(as) estudantes para compor a matriz curricular de LA. A soma de 1.185horas destas disciplinas equivalem ao Tópicos de Produção” respectivo (Animal ou Vegetal).

#### **Quadro de equivalência das disciplinas das Ciências Agrárias para a Formação Profissional Específica de LA**

Códigos	Disciplinas dos cursos de Ciências Agrárias que podem ser aproveitadas em LA	Carga horária (h)	Créditos
<b>Disciplina Tópicos de Produção Animal</b>			
04167	Administração e Planejamento Rural	60h	04
12322	Agrostologia	60h	04
07108	Anatomia Animal I	45h	03
07109	Anatomia Animal II	45	03
07120	Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos	120h	08
07121	Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos	120h	08
08125	Anestesiologia	30h	02
12401	Apicultura	60h	04
12127	Bioclimatologia Z	60h	04
07216	Bioquímica	60h	04
02108	Botânica e Sistemática de Plantas Forrageiras	45h	03
09104	Carcinologia	60h	04
01341	Ciências do Solo	75h	05
08127	Clínica Cirúrgica Veterinária S	75h	05
08337	Deontologia Medicina Legal Veterinária	45h	03
02268	Ecologia Básica	45h	03
02243	Ecologia Básica e Conservacionismo	60h	04
02269	Ecologia e Conservação	45h	03
04104	Economia Pesqueira	60h	04

<b>Códigos</b>	<b>Disciplinas dos cursos de Ciências Agrárias que podem ser aproveitadas em LA</b>	<b>Carga horária (h)</b>	<b>Créditos</b>
02450	Entomologia Geral	45h	03
05450	Extensão Rural	75h	05
07209	Farmacologia	60h	04
07234	Fisiologia Animal I	60h	04
07235	Fisiologia Animal II	60h	04
07231	Fisiologia Especial dos Animais Domésticos	75h	05
01324	Fundamentos da Ciência do Solo	60h	04
04165	Fundamentos de Economia Rural	45h	03
01217	Fundamentos de Fitopatologia	60h	04
02358	Genética Básica	60h	04
08432	Ginecologia Veterinária	60h	04
08234	Higiene e Profilaxia	45h	03
08213	Higiene Veterinária e Saúde Pública	60h	04
08236	Inspeção de carne e Produtos Derivados	60h	04
08237	Inspeção de Leite e Produtos Derivados	60h	04
12125	Introdução à Zootecnia	45h	03
11334	Irrigação e Drenagem	60h	04
11425	Máquinas e Implementos Agrícolas	60h	04
11440	Mecânica Aplicada à Pesca	60h	04
12134	Melhoramento Genético Animal I	60h	04
02525	Microbiologia	60h	04
09345	Navegação I	45h	03
12236	Nutrição Animal	60h	04
12237	Nutrição de Não Ruminantes	60h	04
12238	Nutrição de Ruminantes	60h	04
08422	Obstetrícia Veterinária	60h	04
02752	Parasitologia Aplicada a Zootecnia	60h	04
02652	Parasitologia Veterinária	60h	04
09137	Piscicultura	75	05
12308	Plantas Forrageiras e Pastagem I	60h	04
12309	Plantas Forrageiras e Pastagem II	60h	04
12152	Produção e Manejo de Aves de Corte e Postura	60h	04
12516	Produção e Manejo de Bovino de Corte	60h	04
12515	Produção e Manejo de Bovino de Leite	60h	04
12514	Produção e Manejo de Caprinos	60h	04
12513	Produção e Manejo de Ovinos	60h	04
14407	Produção e Manejo de Suínos	60h	04
08107	Semiologia Veterinária	60h	04
04468	Sociologia Rural	45h	03
08144	Técnica Cirúrgica Veterinária S	75h	05
11158	Tecnologia de Carne e Produtos Derivados	60h	04
11159	Tecnologia de Leite e Produtos Derivados	60h	04
08245	Virose dos Animais Domésticos	75h	05
02638	Zoologia Aplicada à Zootecnia	45h	03
09216	Zoologia Aquática	60h	04
12142	Zootecnia Geral S	60h	04
<b>Tópicos de Produção Vegetal</b>			
04170	Administração Florestal	60h	04
AG059	Administração Planejamento Rural	60h	04
11204	Ambiência Aplicada a Animais e Plantas	60h	04
13208	Arborização e Paisagismo	60h	04
11330	Avaliação de Impactos Ambientais	60h	04
11110	Biodinâmica Agrícola e Ambiental	60h	04
02159	Botânica A	60h	04
02104	Botânica Sistemática	60h	04

<b>Códigos</b>	<b>Disciplinas dos cursos de Ciências Agrárias que podem ser aproveitadas em LA</b>	<b>Carga horária (h)</b>	<b>Créditos</b>
AG009	Botânica Sistemática	60h	04
AG031	Ciência do Solo	75h	05
NI	Computação Aplicada à Engenharia Florestal	45h	03
05430	Comunicação e Extensão Rural	45h	03
01320	Conservação do Solo e Água	60h	04
02256	Conservação e Manejo de Fauna	45h	03
11210	Construções Rurais	60h	04
13218	Defesa Florestal	60h	04
13117	Dendrologia	75h	05
11328	Drenagem de Solo Agrícola	45h	03
02213	Ecologia Geral	60h	04
04103	Economia Florestal	60h	04
04157	Economia Rural e Agronegócio	45h	03
13214	Entomologia Florestal A	60h	04
13301	Experimentação Florestal	60h	04
AG061	Extensão Rural	60h	04
01385	Fertilidade do Solo	60h	04
AG044	Fertilidade do Solo	60h	04
02106	Fisiologia Vegetal	60h	04
AG045	Floricultura, Plantas Ornamentais e Paisagismo	60h	04
AG048	Fruticultura I	60h	04
01324	Fundamentos da Ciência Do Solo	60h	04
04461	Fundamentos da Sociologia Rural	45h	03
AG040	Fundamentos da Zootecnia	45h	03
AG034	Fundamentos de Fitopatologia	60h	04
AG010	Genética Geral	60h	04
02319	Genética Geral	60h	04
01375	Geologia Aplicada à Pedologia	45h	03
AG046	Hidrologia Agrícola	60h	04
11324	Hidrologia Ambiental	45h	03
AG029	Horticultura Geral	60h	04
06262	Introdução a Informática	45h	03
04742	Legislação Ambiental	30h	02
13116	Legislação Florestal e Ambiental	30h	02
13229	Manejo de Bacias Hidrográficas	60h	04
AG041	Manejo de Doenças de Plantas	60h	04
13304	Manejo Florestal	60h	04
11458	Máquinas e Mecanização Florestal	60h	04
11208	Materiais de Construção	60h	04
11259	Mecânica dos Solos	60h	04
11414	Mecanização Agrícola	60h	04
13107	Melhoramento Florestal	60h	04
AG030	Melhoramento Vegetal	60h	04
01402	Meteorologia e Climatologia	60h	04
AG020	Agrometeorologia	60h	04
02563	Microbiologia Geral A	45h	03
AG052	Olericultura	60h	04
13122	Patologia Florestal	60h	04
AG047	Plantas Forrageiras e Pastagens	45h	03
13118	Política Florestal	45h	03
02201	Poluição Ambiental	45h	03
11113	Pré-Processamento de Produtos Agrícolas	45h	03
13216	Proteção Contra Incêndio Florestal	60h	04
10135	Química da Madeira	45h	03
13219	Recuperação de Ecossistemas Florestais Degradados	45h	03

<b>Códigos</b>	<b>Disciplinas dos cursos de Ciências Agrárias que podem ser aproveitadas em LA</b>	<b>Carga horária (h)</b>	<b>Créditos</b>
11327	Saneamento Ambiental	45h	03
AG055	Silvicultura	45h	03
13123	Sementes Florestais	45h	03
13124	Viveiros Florestais	45h	03
01387	Sistema Solo- Água-Planta	60h	04
AG008	Sociologia Rural	30h	02
11329	Técnicas de Irrigação	60h	04
13330	Industrialização de Produtos Florestais	60h	04
11140	Tecnologia Pós-Colheita	45h	03
11240	Topografia	60h	04
13124	Viveiros Florestais	45h	03
AG005	Zoologia Agrícola	60h	04
02631	Zoologia Geral	60h	04
AG054	Zootecnia Especial	45h	03

NI – Disciplina nova, código não informado;

### **SÍNTESE DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO**

<b>Núcleo</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
Formação Profissional Pedagógica	750 h	50
Formação Profissional Específica – Tópicos de Produção Animal ou Tópicos de Produção Vegetal*	1.185 h	79
Prática de Ensino	405 h	27
Estágio Curricular Obrigatório	405 h	27
Atividades Complementares	210 h	14
<b>TOTAL MINIMO DO CURSO</b>	<b>2.955 h</b>	<b>197</b>

LEGENDA: \* - De acordo com o curso de Ciências Agrárias ao qual será feito o aproveitamento das disciplinas;

### 9.3. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MATRIZ CURRICULAR:

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período
Introdução à Psicologia Educacional 60h	Psicologia do Desenvolvimento 60h	Didática 60h	Gestão de Unidades Educativas 60h	Metodologia Ensino Agrícola 90h	Prática: Produção Animal e Agroindústria II ou Prática: Produção Vegetal e Agroind. II 75h (*)
Fund. Fil., Hist. e Soc. da Educação Agrícola 60h	Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira 60h	Estrutura e Funcionam. do Ensino Agrícola 60h	Língua Brasileira de Sinais – Libras 60h	Estágio Curricular II 105h	Estágio Curricular III 210h
Educação Agrícola e Sociedade Rural 60h	Psicologia da Aprendizagem 60h	Educação das Relações Étnico-raciais 60h	Estágio Curricular I 90h	Prática: Produção Animal e Agroind. I ou Prática: Produção Vegetal e Agroind. I 75h (*)	
Prática: Metodologias Participativas 45h	Prática: Planejamento 60h	Prática: Gestão 75h	Prática: Sistemas de Produção Agropecuária 75h		

Tópicos de Produção Animal ou Tópicos de Produção Vegetal (\*) - 1.185h

Atividades Complementares

#### Legenda e carga horária total

750h	Formação Profissional Pedagógica	405h	Estágio Curricular Obrigatório	210h	Atividades Complementares
405h	Práticas de Ensino	1.185h	Formação Profissional Específica		

(\*) Disciplinas escolhidas de acordo com a especificidade da formação do estudante – Produção Animal ou Produção Vegetal – Ver Quadro de Equivalência das disciplinas;

OBS: Não é obrigatório o Exame Nacional de Cursos de Graduação (Enade) como Componente Curricular.



#### 9.4. PROGRAMAS DE DISCIPLINAS POR COMPONENTE CURRICULAR

A seguir, apresentaremos os programas das disciplinas da Formação Profissional Pedagógica.

##### 1º PERÍODO

<b>NOME: Introdução a Psicologia Educacional</b>	<b>CÓDIGO: 05318</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Introdução ao estudo da psicologia; processos psíquicos; instituições, organizações e grupos; Tendências Contemporâneas da psicologia. Processos psicológicos e suas Implicações Educacionais. Diferenças Individuais.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i> . 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.	
COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro (Org.). <i>Desenvolvimento psicológico e educação</i> . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.	
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. <i>Psicologia na educação</i> . São Paulo: Cortez, 2010.	
<b>Complementar</b>	
DAVIDOFF, L.L. <i>Introdução à Psicologia</i> . São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1983	
LANE, S. T & CODO, W (Orgs). <i>Psicologia Social: O Homem em movimento</i> . São Paulo, Brasiliense, 1999	
MORALES, P. <i>A relação professor-aluno: o que é, como se faz?</i> São Paulo, Loyola, 2001.	
SCHULTZ, D e SCHULTZ, S. <i>História da Psicologia Moderna</i> , 8ª Ed., São Paulo, Ed: Pioneira Thomson Learning, 2005	
TAPIA, J. A.; FITA, E. C. <i>A Motivação em Sala de Aula: O Que é, Como se Faz?</i> 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.	
<b>NOME: Fundamentos Filosóficos, Históricos e Sociológicos da Educação Agrícola</b>	<b>CÓDIGO: 05105</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Interpretação das diferentes concepções e práticas educacionais explicitando os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes e suas implicações nas ações desenvolvidas no âmbito da prática pedagógica. As teorias da Educação. Ideologia e Educação. A relação do educador e sociedade. Educação e mudança social. O compromisso do educador. Realidade social, economia, política e educacional brasileira.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>O que é Educação</b> . São Paulo: Brasiliense, 2013.	
BRYM, R. J.; LIE, J.; HAMLIM, C. L.; MUTZENBERG, R.; SOARES, E. V.; MAIOR, H. P. S. <b>Sociologia: sua bússola para um novo mundo</b> . São Paulo: Thomson Learning, 2006.	

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

### **Complementar**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castanha (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

**NOME: Educação Agrícola e Sociedade Rural**

**CÓDIGO: 05440**

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h**

**CRÉDITOS: 04**

**PRÉ-REQUISITOS: Nenhum**

### **EMENTA**

Escola e a sociedade. Sistemas de ensino e o mundo do trabalho. O ensino na sociedade brasileira. Desenvolvimento local. Agricultura familiar e a escola. Escola como lócus de desenvolvimento. Educação como estratégia de desenvolvimento sustentável.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Básica**

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. 15ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MORIN, E. *Os Sete Saberes necessários à educação do futuro*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 10ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1970.

STEDILE, João Pedro (2005). *A Questão Agrária no Brasil (vol 1 - 5)*. Expressão Popular. São Paulo.

#### **Complementar**

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. rev. aum. São Paulo: Atlas, 2005.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores na MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. 800 p.

**NOME: Práticas de Ensino - Metodologias Participativas**

**CÓDIGO: 05106**

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 45h**

**CRÉDITOS: 03**

**PRÉ-REQUISITOS: Nenhum**

### **EMENTA**

Práticas em educação agrícola. Sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase em metodologias participativas.

### **BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.  
 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.  
 FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

**Complementar**

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.  
 DIAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.  
 DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1999.  
 NERICI, Imideo Giuseppe. Introdução à didática geral: dinâmica da escola. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.  
 RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

**2º PERÍODO**

<b>NOME: Psicologia do Desenvolvimento</b>	<b>CÓDIGO: 05340</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS:</b> Introdução a Psicologia Educacional	
<b>EMENTA</b>	
Conceituação da Psicologia do Desenvolvimento no contexto da Psicologia da Educação. Concepções, modelos teóricos e suas implicações educacionais. Aspectos do desenvolvimento humano, com ênfase na adolescência e suas implicações educacionais.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 2010.	
<b>Complementares</b>	
BARROS, Celia Silva Guimaraes. Pontos de psicologia do desenvolvimento. 12.ed. São Paulo: Ática, 2000. BECKER, Daniel. O que é adolescência. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. BEE, Helen L. O ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 8. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. SOARES, Edla de Araújo Lira; ALBUQUERQUE, Mabel Ann Black de; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Educação do campo: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.	

<b>NOME: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira</b>	<b>CÓDIGO: 05140</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS:</b> Fundamentos Filosóficos, Históricos e Sociológicos da Educação Agrícola	
<b>EMENTA</b>	
Contextualização do processo de organização educacional no Brasil, com base na sua estrutura legal e seus condicionamentos econômicos, políticos e sociais.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Brasília: MEC / SEB /DICEI, 2013.	
CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 5.ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 216p	
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 317 p	
<b>Complementar</b>	
BRASIL Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD, 2013 103 p.	
BRZEZINSKI, Iria. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, c1997. 270p.	
GARCIA, Walter E. Educação Brasileira contemporânea: organização e funcionamento. Brasília: McGraw-Hill do Brasil, Brasília: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978.	
PLANO nacional de educação em direitos humanos. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. 74 p.	
SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Org). Pesquisa e historiografia da educação Brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.	
<b>NOME: Psicologia da Aprendizagem</b>	<b>CÓDIGO: 05341</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS:</b> Introdução a psicologia Educacional;	
<b>EMENTA</b>	
Estudo da importância e abordagens teóricas da aprendizagem e sua influência nas práticas pedagógicas.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
ALENCAR, E. S. A. Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1995.	
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes. Psicologia na educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.	
MILHOLLAN, F. & FORISHA, B. E. Skinner x Rogers: Maneiras Contrastantes de Encarar a Educação. SP., Summus, 1978.	
<b>Complementar</b>	
DIAS, Maria da Graça; SPINILLO, Alina Galvão. Tópicos em psicologia cognitiva. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.	
GROSSI, P. & BORDIN, J. Construtivismo Pós-Piagetiano: Um Novo Paradigma sobre	

Aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1995.  
 LINDSEY, G. HALL, C. & THOMPSON, R. Psicologia. RJ., Guanabara Koogan, 1977.  
 LOVELL, K. O Desenvolvimento dos Conceitos Matemáticos e Científicos na Criança. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.  
 MARQUES, J. A Aula como Processo. RJ., Koogan, 1973  
 MAYER, R. E. Cognição e Aprendizagem Humana. SP., Cultrix, 1981.  
 OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.  
 TAVARES, J & ALARCÃO, I. Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Coimbra, Almedina, 1985.

<b>NOME: Prática de ensino - Planejamento</b>	<b>CÓDIGO: 05141</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
---------------------------------	---------------------

<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>
-------------------------------

<b>EMENTA</b>
---------------

Reflexão sobre a Prática Docente e Sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase em planejamento de pesquisa.
---

<b>BIBLIOGRAFIA</b>
---------------------

<b>Básica</b>
---------------

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013  
 FIGUEIREDO, Regina Sueiro. **Planejamento participativo em instituição escolar: pistas e encaminhamentos**. Campo Grande (MS): UCDB, 2001.  
 DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu; CRUZ NETO, Otavio. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

<b>Complementar</b>
---------------------

CARVALHO, Horácio Martins de. Introdução à Teoria do Planejamento.- 3ª ed.- São Paulo: Brasiliense, 1979.  
 CEARÁ Secretaria de Educação. Educação rural integrada: a experiência de pesquisa e planejamento participativo no Ceará. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 238 p. (Educação e comunicação; 10).  
 FIGUEIREDO, Regina Sueiro. Planejamento participativo em instituição escolar: pistas e encaminhamentos. Campo Grande: UCDB, 2001.  
 GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2013.  
 KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter E. **Planejamento e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999. 88 p

### 3º PERÍODO

<b>NOME: Didática</b>	<b>CÓDIGO: 05240</b>
-----------------------	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
---------------------------------	---------------------

<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>
-------------------------------

<b>EMENTA</b>
---------------

A formação do educador, o processo ensino-aprendizagem, planejamento das práticas pedagógicas. Objetivos, conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação do processo ensino-aprendizagem. Estudo da estrutura didática e suas implicações na formação de professores,
---

planejamento de ensino: concepções, compreensão e articulação dos diversos aspectos e elaboração de planos.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

ALVITE, M. M. C. Didática e psicologia. São Paulo: Loyola, 1987.

DIAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 1986.

### **Complementar**

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. 14.ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LOPES, Antonia Osima; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Repensando a didática. 19. ed. Campinas, SP, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

**NOME: Estrutura e Funcionamento do Ensino Agrícola**

**CÓDIGO: 05142**

**CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h**

**CRÉDITOS: 04**

**PRÉ-REQUISITOS: Estrutura e funcionamento da Educação Brasileira**

### **EMENTA**

Sociedade e educação; O mundo rural; Agronegócio e agriculturas ecológicas; Histórico do ensino agrícola no Brasil; A lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e Legislação complementar aplicadas ao ensino agrícola; As experiências de educação quilombolas, indígenas, do campo e da alternância. Da educação profissional integrada na formação do educador; Os intercâmbios de experiências, produção do conhecimento. Da preparação profissional; da Organização curricular em escolas agrícolas. Tendências e possibilidades na educação do campo.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por uma educação do campo. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 214 p.

CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadoras e educadores na MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 180p .

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p

### **Complementar**

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. 120 p

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 205 p

BRASIL. MEC. SEMTEC. (2003) - Seminário nacional de educação profissional. "Concepções, experiências, problemas e propostas". Documento-base. Brasília:

MEC/SEMTEC/PROEP, 16 a 18 de junho de 2003.	
<b>NOME: Prática de Ensino – Gestão</b>	<b>CÓDIGO: 05143</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Reflexão sobre a Prática do/a Educador/a na atualidade e Sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase em gestão de Projetos Políticos Pedagógicos.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. ESCOLA: espaço do projeto político-pedagógico. 17. ed., 3. reimpr. São Paulo: Papyrus, 2014	
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 24.ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2008. 192 p.	
LIMA, Maria Aparecida. O projeto político-pedagógico: uma resposta da comunidade escolar. São Paulo, SP: EDUSC, 2006. 128 p.	
<b>Complementar</b>	
LÜCK, H. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.	
LÜCK, H. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar / Heloísa Lück ... [et al.]. 4. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2007.	
ARROYO, Miguel González. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 7 ed. São Paulo: Cortez, 1999.	
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 31ª Edição. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008. 79 p.	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 1ª ed., 57ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013.	
<b>NOME: Educação das Relações Étnico-raciais</b>	<b>CÓDIGO: 05145</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Formação das identidades brasileiras: elementos históricos. Relações sociais, étnico-raciais e diversidade de gênero. África e Brasil, semelhanças e diferenças em suas formações. Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (ORG.). Racismo e Anti-Racismo na Educação. São Paulo: Selo Negro, 2001.	
LUCIANO, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.	
MUNANGA, Kabengele (ORG.). Superando o Racismo na Escola. 2.Ed. Rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005.	
<b>Complementar</b>	

SANTOS, Sales Augusto dos (Org.) Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: MEC: BID: UNESCO, 2005.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org.). Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal Nº 10.663/03. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

#### 4º PERÍODO

<b>NOME: Gestão de Unidades Educativas</b>	<b>CÓDIGO: 05144</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Planejamento Estratégico da Escola. Elaboração de Projetos Educativos. Gestão de Unidades Educativas.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
LUCK, Heloisa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 116 p. (Série Cadernos de Gestão ;v. 1)	
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fatima Felix (Org). Política e gestão da educação. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 178 p.	
SILVA, Naura Syria Ferreira Correa da; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006. 320p.	
<b>Complementar</b>	
BORDIGNON, Genuíno. Gestão da educação no Município: sistema, conselho e plano. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013. 131 p. (Educação Cidadã 3).	
CAMARGO, Ieda de. Gestão e políticas da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 143 p.	
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 119 p	
PARO, Vitor Henrique; PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007. 120 p.	
DEMO, Pedro. Pobreza política. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.	
<b>NOME: Prática de Ensino - Sistemas de Produção Agropecuária</b>	<b>CÓDIGO: 05441</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Nenhum</b>	
<b>EMENTA</b>	
Práticas de diagnóstico de processos educativos não formais e sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase nos diferentes sistemas de produção agropecuária.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
ARANTES, Valéria Amorim (Org.); GHANEM, Elie; TRILHA, Jaume. Educação Formal e não formal. São Paulo: Summus, 2008. (Coleção pontos e contrapontos)	



FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011  
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. 143 p.

**Complementar**

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUZA, Ana Inês (Org.). Acesso e permanência de estudantes de origem popular: desafios e estratégias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 209 p.  
 DALMÁS, Angelo. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento, avaliação. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
 FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 79 p  
 GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). Educação comunitária e economia popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p  
 SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000

<b>NOME: Estágio Curricular I - Ensino a Agrícola</b>	<b>CÓDIGO: 05241</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h</b>	<b>CRÉDITOS: 06</b>
---------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Estrutura e Funcionamento do Ensino Agrícola; Psicologia da aprendizagem; Psicologia do desenvolvimento; Didática

**EMENTA**

Exercício da prática educacional na escola ou em outros espaços de formação profissional, envolvendo diagnóstico, planejamento, execução de atividades de formação e avaliação. Elaboração e aplicação de sequências didáticas, envolvendo conteúdos específicos (laboratórios pedagógicos) do ensino agrícola.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.  
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.  
 SANTOS, Marizete Silva; SILVA, Ivanda Maria Martins; SIQUEIRA, Alcina. Estágio curricular supervisionado I. Recife: UFRPE, 2010.

**Complementar**

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5.ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.  
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Didática: o ensino e suas relações. 12.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.  
 SODRÉ, Euriclésio Barreto. Construindo saberes: articulando as práxis pedagógicas na sala de aula. Juazeiro, BA: Printpex, 2012.  
 SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Educação ambiental: pesquisa e prática educativa no sertão alagoano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.  
 SILVA, Maria do Socorro P. da; BORGES, Mônica Veloso (Org.). Educação intercultural: experiências e desafios políticos pedagógicos. Goiânia: PROLIND / SECAD - MEC / FUNAPE, 2013.

<b>NOME: Língua Brasileira de Sinais – Libras</b>	<b>CÓDIGO: 04341</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h</b>	<b>CRÉDITOS: 04</b>
---------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Nenhum

**EMENTA**

Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da surdez. Aquisição da linguagem do surdo. Noções básicas da estrutura lingüística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

FALCÃO, Luiz Albérico. Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2. ed., rev. ampl. Recife: Ed. do Autor, 2007.

FERNANDES, Eulalia. Surdez e bilinguismo. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.  
 QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir, Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos/ Ronice Muller de Quadros, Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

### **Complementar**

QUADROS, R. de. Educação de Surdo. A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAPOVILLA, Fernando César; DUARTE, Walkiria Raphael (edit.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2008 .

LODI, Ana Claudia B. (org.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2010.  
 SEGALA, Sueli Ramalho & KOJIMA, Catarina Kiguti. A imagem do pensamento: Libras - língua brasileira de sinais. São Paulo: Escala Educacional, 2012.

FALCÃO, Luiz Albérico. Educação de surdos: ensaios pedagógicos. Recife: 2012.

## **5° PERÍODO**

<b>NOME: Metodologia do Ensino Agrícola</b>	<b>CÓDIGO: 05244</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 90h</b>	<b>CRÉDITOS: 06</b>
<b>PRÉ-REQUISITOS: Didática</b>	
<b>EMENTA</b>	
Subsídios para formação crítica e criativa para o desempenho da função de educador para as ciências agrárias. Reflexões teóricas sobre ensino agrícola e seu contexto, relacionados aos recursos didáticos, metodologias, abordagens participativas, práticas alternativas e experiências com educação formal e não formal.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>Básica</b>	
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2006.	
NEVES, Isabel Cristina. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas de formadores de professores. Paraná: Unicentro, 2008.	
<b>Complementar</b>	
HERBARIUM LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA. Introdução à fitoterapia: utilizando adequadamente as plantas medicinais. 2. ed. Colombo, PR: Herbarium Lab. Bot. Ltda, 2011.	
NEVES, Isabel Cristina. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas de formadores de professores. Paraná: Unicentro, 2008	

DIAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008  
 FALCÃO SOBRINHO, José (Et al). A educação no ambiente semiárido. Sobral, CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2012  
 CAMPOS, Paulo Policarpo. A Análise do meio rural numa abordagem etnomatemática: uma experiência educacional dos Núcleos-Escolas da Comunidade Camponesa do Movimento Sem Terra no município de Serra Talhada. Recife, 2011.

<b>NOME: Prática de ensino - Produção Animal e Agroindústria I</b>	<b>CÓDIGO: 05442</b>
--	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>
---------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Nenhum

**EMENTA**

Práticas em educação agrícola. Sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase em sistema de produção animal e seus processos de transformação.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA, 2007  
 FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.  
 SCHMITZ, Heribert. Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010. 351 p.

**Complementar**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 1ª ed., 57ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013. 124 p. (Coleção Primeiros Passos  
 IAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 312 p.  
 GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p. (Questões da nossa época; v. 1).  
 LIMA, Irenilda de Souza (Org.). Extensão rural e o desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife: UFRPE, 2012.  
 SANTOS, Ailton Dias (org.). Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

<b>NOME: Prática de Ensino - Produção Vegetal e Agroindústria I</b>	<b>CÓDIGO: 05444</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>
---------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Nenhum

**EMENTA**

Práticas em educação agrícola. Sistematização de conteúdos vivenciados no semestre, com ênfase em sistema de produção vegetal e seus processos de transformação.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA, 2007  
 FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.  
 SCHMITZ, Heribert. Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010. 351 p.

**Complementar**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 1ª ed., 57ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013. 124 p. (Coleção Primeiros Passos)

IAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 312 p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p. (Questões da nossa época; v. 1).

LIMA, Irenilda de Souza (Org.). Extensão rural e o desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife: UFRPE, 2012.

SANTOS, Ailton Dias (org.). Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

<b>NOME: Estágio Curricular II - Ensino Agrícola</b>	<b>CÓDIGO: 05242</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 105h</b>	<b>CRÉDITOS: 07</b>

**PRÉ-REQUISITOS:** Estágio Curricular I

**EMENTA**

Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos pedagógicos relacionados à educação formal e não formal, tendo como eixo norteador à questão do meio ambiente.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição 14ª. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. O estagio na formação de professores: unidade teoria e pratica? 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

**Complementar**

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5.ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5.ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

**6º PERÍODO**

<b>NOME: Prática de Ensino - Produção Animal e Agroindústria II</b>	<b>CÓDIGO: 05443</b>
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>

**PRÉ-REQUISITOS:** Prática de Ensino- Produção Animal e Agroindústria I

**EMENTA**

Execução e Sistematização de Processos Educativos não formais, com ênfase em sistemas de produção animal sustentáveis.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**

BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla; FERNANDES, Vanda Maria; CORCIONE, Domenico. Sistematização de experiências da

economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília: Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES), 2012.  
 LIMA, Irenilda de Souza (Org.). Extensão rural e o desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife: UFRPE, 2012.  
 LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente.. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 104p. (Questões da nossa época ; v.67).

**Complementar**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.  
 CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadoras e educadores na MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.  
 CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3.ed. Brasília: MDA/NEAD, 2007.  
 FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.  
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

<b>NOME: Prática de Ensino: Produção Vegetal e Agroindústria II</b>	<b>CÓDIGO: 05445</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 75h</b>	<b>CRÉDITOS: 05</b>
---------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Prática de Ensino- Produção Vegetal e Agroindústria I

**EMENTA**

Execução e Sistematização de Processos Educativos não formais, com ênfase em sistemas de produção vegetal sustentáveis.

**BIBLIOGRAFIA**

**Básica**  
 BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla; FERNANDES, Vanda Maria; CORCIONE, Domenico. Sistematização de experiências da economia solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília: Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES), 2012.  
 LIMA, Irenilda de Souza (Org.). Extensão rural e o desenvolvimento local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife: UFRPE, 2012.  
 LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente.. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 104p. (Questões da nossa época ; v.67).

**Complementar**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.  
 CALDART, Roseli Salete. Educação em movimento: formação de educadoras e educadores na MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.  
 CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3.ed. Brasília: MDA/NEAD, 2007.  
 FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.  
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

<b>NOME: Estágio curricular III - Ensino Agrícola</b>	<b>CÓDIGO: 05243</b>
---	----------------------

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 210h</b>	<b>CRÉDITOS: 14</b>
----------------------------------	---------------------

**PRÉ-REQUISITOS:** Estágio Curricular II

**EMENTA**

Estágios em unidades educacionais e no mundo do trabalho agrícola em atividades de formação de recursos humanos formais e informais.

**BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, edição 14°. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

### **Complementar**

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5.ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 5.ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

## **9.5. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR**

A Prática de Ensino como Componente Curricular (PCC) é uma das dimensões do currículo da Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) que possibilita colocar em prática o princípio da indissociabilidade teoria-prática na formação docente. A PCC começa a ser oferecida na LA desde o início do processo formativo (1º período) e se estende ao longo de todo o seu processo até o último período (6º período), totalizando 405 (quatrocentos e cinco) horas. Está organizada nas seguintes disciplinas e suas respectivas cargas horárias:

<b>Disciplinas de Prática de Ensino</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária (h)</b>
Prática: Metodologias Participativas	1º	45h
Prática: Planejamento	2º	60h
Prática: Gestão	3º	75h
Prática: Sistemas de Produção Agropecuária	4º	75h
Prática: Produção Animal e Agroindústria I ou Prática: Produção Vegetal e Agroindústria I*	5º	75h
Prática: Produção Animal e Agroindústria II ou Prática: Produção Vegetal e Agroindústria II*	6º	75h
	<b>TOTAL</b>	<b>405h</b>

LEGENDA: \* - De acordo com o curso de Ciências Agrárias ao qual está envolvido cada estudante;

As Práticas têm como objetivo possibilitar a integração entre as dimensões teóricas do curso com a prática educativa, propriamente dita.

Nos 1º, 2º e 3º semestres as disciplinas de Práticas se orientam por uma imersão em instituições educativas formais ou não-formais, preferencialmente do campo, para realização de

uma pesquisa, orientada pelos eixos Educação e Sociedade, Desenvolvimento Humano e Sociedade e PPC para a Educação do Campo, respectivamente.

Nos 4º e 5º semestres as disciplinas de Práticas possibilitarão uma imersão nos espaços educativos do campo vinculados a organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com educação não-formal.

Durante a imersão os(as) estudantes devem realizar no 4º período atividades de observação e diagnóstico das instituições de educação orientados pelo eixo Gestão dos Processos Educativos e; no 5º período, devem realizar atividades de observação e planejamento das práticas dos educadores não-formais orientados pelo eixo Prática do(a) Educador(a).

Para que as disciplinas de Prática aconteçam a contento ao longo do curso, a LA construiu ao longo do tempo um conjunto de parcerias com as instituições de educação formal e não-formal no estado de Pernambuco, tais como as escolas municipais do campo, o Instituto Agrônomo de Pernambuco, o Projeto Dom Helder, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o Serviço de Tecnologia Alternativa/SERTA, a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas/Caatinga; e os movimentos de trabalhadores rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, etc.

Devem ser mantidas as parcerias intra-institucionais com os Núcleos da Universidade, por exemplo o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre temas relativos ao curso.

No 6º semestre a disciplina de Prática Educativa possibilita a sistematização de experiência dos processos educativos vividos pelos(as) estudantes, orientados pelo eixo Práxis Pedagógica.

As disciplinas de Prática de Ensino em cada semestre deve ser trabalhada de forma articulada com o Estágio Curricular Obrigatório e com as demais disciplinas teóricas do semestre, à partir do eixo integrador mencionado anteriormente.

As disciplinas de Prática de Ensino também são responsáveis por conduzir o processo de construção da Culminância, que é considerada uma Atividade Complementar e será realizada no final de cada semestre, tal como veremos detalhadamente mais adiante.

## 9.6. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Obrigatório visa propiciar ao(a) futuro(a) licenciado(a) um exercício direto de docência *in loco*, através do conhecimento da realidade em situação de trabalho, na educação formal, isto é, diretamente em unidades escolares do sistema de ensino, mais especificamente, no ensino médio profissional.

O Estágio Curricular Obrigatório acontece nos últimos três semestres do curso, do 4º ao 6º período, totalizando uma carga horária de 405 horas e está organizado nas seguintes disciplinas e seus respectivos períodos e cargas horárias:

<b>Disciplinas de Estágio</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária Total (h)</b>
Estágio Curricular I – Ensino Agrícola	4º	90h
Estágio Curricular II – Ensino Agrícola	5º	105h
Estágio Curricular III – Ensino Agrícola	6º	210h
	<b>TOTAL</b>	<b>405h</b>

Na primeira etapa (disciplina Estágio Curricular I) realiza-se o processo de reconhecimento da instituição de educação formal através da realização do diagnóstico da escola, além da realização dos laboratórios de ensino.

Na segunda etapa (Estágio Curricular II) dar-se-á a continuidade dos laboratórios de ensino e a observação dos diferentes processos do cotidiano escolar (planejamento, reuniões, sala de aula), visando o planejamento da terceira etapa.

Na última etapa do Estágio (Estágio Curricular III) é realizada a regência, planejada a luz dos conteúdos até então acumulados e contextualizada à realidade da escola na qual os(as) estudantes estão estagiando.

O campo de estágio dos estudantes de LA, onde é realizada a dimensão prática do estágio propriamente dita, é formado por duas instituições de ensino nas quais são ofertados cursos profissionais de nível médio profissionais voltados para a Educação Agrícola. São elas:

- Instituto Federal de Pernambuco – Campus de Vitória de Santo Antão, nos cursos técnicos integrados de Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootecnia. Está localizado no município de Vitória de Santo Antão, a 49 km;

- Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI), órgão complementar da UFRPE, voltado para a educação profissional e de nível médio, nos cursos Técnicos de Agropecuária Integrado e Subsequente e Técnico em Açúcar e Álcool na modalidade Educação a Distância. Está localizado no município São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana de Recife, a 19 km;

Observa-se que o campo de estágio encontra-se na zona rural, a longas distâncias de Recife (mais de 10 km), denotando a peculiaridade desta atividade e um certo grau de dificuldade para que os(as) estudantes possam realizar o Estágio Curricular Obrigatório a contento, devendo a universidade garantir as condições para tanto (ajuda de custo, etc).

Cabe ressaltar outras instituições de ensino mencionadas anteriormente como campo de atuação profissional em Pernambuco, poderiam ser considerados campos de estágio da LA, mas, no entanto, se localizam a longas distâncias dificultando o acesso dos estudantes.

A coordenação deve acompanhar a formalização das atividades de estágio pelos(as) estudantes, dada a peculiaridade do estágio do curso (realização em escolas na zona rural/interior do estado, afastadas de Recife, durante vários momentos do semestre letivo).

A relação entre a UFRPE e as escolas parceiras se dá por meio de contratos (Termo de Compromisso) onde estão estabelecidas deveres e responsabilidades de cada uma das partes: UFRPE, escola e estagiário/a, segundo as normas de estágio da Universidade (Resolução 678/2008 – CEPE/UFRPE e a Legislação Federal Lei 11.788/2008-MTE).

### **9.6.1 ESTÁGIO CURRICULAR – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA**

As disciplinas Estágio Curricular I, Estágio Curricular II e Estágio Curricular III são compostas por uma dimensão teórica e uma dimensão prática, distribuídas na carga horária total da disciplina e orientadas pelos eixos do curso Gestão de Processos Educativos, Práticas de Educação Agrícola e Práxis Educativa, respectivamente.

Nas disciplinas do Estágio Curricular os(as) estudantes devem ter elementos para trabalhar os conteúdos específicos do Ensino Agrícola (advindas das disciplinas Tópicos de Produção Animal ou Tópicos de Produção Vegetal) com os conteúdos pedagógicos. O desafio é preparar os(as) estudantes para atuar em processos educativos do ensino médio profissional, em especial, em atividades de sala-de-aula. Neste caso, os estudantes devem realizar atividades voltadas para o ensino médio em cursos de Agropecuária, Agricultura, Agroecologia, Agroindústria, ou outros, de acordo com a oferta de cursos nas escolas do campo de estágio.



A dimensão teórica das disciplinas do Estágio Curricular se dedica a trabalhar os aspectos teóricos que subsidiam a prática do educador agrícola na Escola. É distribuída nas três (3) disciplinas somando 180 horas.

A dimensão prática acontece nas Escolas relativas ao campo de estágio e é onde os estudantes tem a oportunidade de vivenciar a escola nas suas diferentes dimensões, ou seja, a estrutura e gestão escolar, o projeto pedagógico dos cursos, a prática do educador, etc. A dimensão prática é distribuída nas três (3) disciplinas, somando 225 horas, como pode ser visto no quadro a seguir.

### **Distribuição da carga horária teórica e prática das disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório**

<b>Disciplinas de Estágio</b>	<b>Carga Horária Total (h)</b>	<b>Carga horária da dimensão teórica (h)</b>	<b>Carga horária da dimensão prática (h)</b>
Estágio Curricular I – Ensino Agrícola	90	60	30
Estágio Curricular II – Ensino Agrícola	105	60	45
Estágio Curricular III – Ensino Agrícola	210	60	150
	405	180	225

A orientação pedagógica necessária a um satisfatório aprendizado prático dos(as) estudantes estagiários(as) se dará sob a seguinte orientação e supervisão:

- Orientador(a) do Estágio: de responsabilidade do(a) professor(a) da disciplina, deverá atuar como orientador(a) de cada um dos(as) estudantes estagiários matriculados na disciplina. O(a) orientador(a) é o mesmo(a) professor(a) responsável pela dimensão teórica da disciplina;

- Supervisor(a) do Estágio: de responsabilidade da Escola concedente do estágio. A Escola designa um(a) professor(a) para ser o(a) supervisor(a) do estágio e acompanhar in locus as atividades do estagiário;

Para iniciar a dimensão prática do Estágio Curricular Obrigatório os estudantes devem apresentar à Universidade um Termo de Compromisso e um Plano de Trabalho, documentos onde estão detalhados o papel de cada participante do processo e as atividades a serem realizadas pelos estudantes no período do Estágio. Esta documentação também garante que o(a) estagiário(a) possa ir devidamente assegurado para o campo de estágio.

A disciplina Estágio Curricular I tem como carga horária 90hs, sendo dividida em uma parte teórica (60h) e uma parte prática (30h). Os(as) estudantes deverão ter a oportunidade de analisar e teorizar as impressões e observações feitas na Escola, com o apoio das reflexões teóricas feitas ao longo do semestre. Embora esta disciplina tenha como foco a educação formal, deverá se inter-relacionar com outras disciplinas do mesmo semestre (Prática: Sistemas de Produção Agropecuária e Gestão de Unidades Educativas), promovendo a interdisciplinaridade, em consonância com o eixo integrador do semestre (Gestão de Processos Educativos) e contextualizando a educação formal e não-formal.

A parte teórica consistirá em leituras de textos e reflexões sobre formação de educadores e educadoras, Estágio Curricular Obrigatório, prática de ensino, construção de saberes, planejamento de aulas e o conjunto de vivências trazidas da escola. Também devem ser realizados Laboratórios Pedagógicos que consistem no desenvolvimento de uma sequência

didática de conteúdos das Ciências Agrárias pelos(as) estudantes. Além disso, toda a vivência na escola será analisada a luz dos conteúdos trabalhados nas disciplinas já cursadas, na tentativa de compreender o estágio de forma interdisciplinar. Na parte prática, os(as) estudantes são encaminhados para uma escola do ensino médio parceira da Universidade com qualificação técnica onde devem iniciar uma vivência sobre a Gestão de Processos Educativos e o funcionamento da escola, considerando a infraestrutura, a gestão escolar e a prática pedagógica. Como parte da disciplina, ao final do semestre, os(as) estudantes devem entregar um relatório com a descrição da dimensão teórica e prática desenvolvidas ao longo do semestre, com a orientação do docente responsável pela disciplina. Este relatório irá compor o relatório final do Estágio Curricular Obrigatório a ser entregue no final do curso.

A disciplina Estágio Curricular II tem uma carga horária total de 105 h, sendo a parte teórica de 60 h e a parte prática de 45 h. Nesta etapa será dada continuidade aos Laboratórios de Ensino e a observação dos diferentes processos do cotidiano escolar relativos ao eixo do semestre, ou seja, a Prática do(a) Educador(a) (planejamento, reuniões, sala de aula). Os(as) estudantes já devem conhecer a Escola dando continuidade ao Estágio Curricular I.

Na parte teórica, os Laboratórios de Ensino continuam, incluindo os conteúdos das Ciências Agrárias a nível do ensino médio, provocando os(as) estudantes a pensar sobre sua prática pedagógica, os recursos didáticos necessários e o conteúdo adequado aos estudantes (jovens adolescentes) do nível médio, correlacionando com os conteúdos de outras disciplinas como, Matemática, Biologia, Química, etc. Os(as) estagiários(as) devem ser motivados a propor estratégias pedagógicas e aulas dinâmicas voltadas para jovens, sem o uso de equipamentos eletrônicos (datashow), provocando a pensar a sequência didática de forma mais participativa. Nesta etapa também deverá acontecer o planejamento da terceira etapa do estágio na Escola.

A parte prática (45h) chamada “Observação da Prática Pedagógica” tem o objetivo de aprender sobre a prática do(a) educador(a) em sala de aula. Esta etapa acontece na Escola, quando os(as) estudantes escolherão a disciplina de seu interesse dentro da grade curricular do curso técnico de nível médio oferecido na Escola do campo de estágio, sob a orientação do supervisor(a). Os(as) estagiários(as) devem assistir um número de aulas definido pelo(a) orientador(a), observar a prática do(a) educador(a) (supervisor) e fazer anotações sobre a metodologia adotada, a relação professor-aluno, os conteúdos trabalhados, os métodos de ensino adotados, as condições ambientais da sala, etc. Tanto a parte teórica como a prática do Estágio Curricular II, deverão ser registradas no relatório final, que serve como um dos instrumentos de avaliação da disciplina.

A disciplina Estágio Curricular III tem uma carga horária de 210h, sendo a parte prática de 60h e a parte teórica de 150h. É quando deve ser realizada a regência, planejada a luz dos conteúdos teóricos e práticos acumulados e contextualizada à realidade da Escola na qual os(as) estudantes estão estagiando, sob a orientação do eixo Praxis Educativa.

A parte teórica (60h) deverá ser dedicada à orientação aos estudantes estagiários(as) para a regência e para a elaboração do relatório final de Estágio.

A parte prática (150h) consiste em preparar dez (10) aulas e realizar a regência na Escola, dando continuidade ao trabalho realizado na disciplina Estágio Curricular II, sob orientação do(a) mesmo(a) Supervisor(a). O(a) estagiário(a) deve fazer um planejamento em conjunto com o(a) Supervisor(a), respeitando o plano de ensino previsto para aquele semestre. A realização das aulas consistirá na prática docente em sala de aula com a presença do Supervisor(a), que ao final deverá preencher uma ficha de avaliação sobre o desempenho do estagiário(a) durante o processo. Dentro dessa carga horária caberá o tempo de planejamento das aulas e construção do relatório final, para avaliação da disciplina.

## **9.6.2 ESTÁGIO CURRICULAR – RELAÇÃO COM AS REDES DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A Coordenação da LA deverá realizar permanentemente reuniões com a coordenação de Estágio das escolas adotadas como campo de estágio para avaliar a parceria, ajustar procedimentos, etc. com a presença do(a) professor(a) orientadora das disciplinas relativas.

O acompanhamento dos(as) estudantes no campo de estágio pelo(a) orientador(a) se dará através de visitas a escola, em conversas com o supervisor local e com o próprio estagiário, levando em consideração o plano de trabalho construído no início do semestre.

Vale ressaltar que, durante o semestre a turma da disciplina de Estágio, poderá ser levada à conhecer experiências de escolas municipais e estaduais situadas no meio rural, que tenham em sua proposta pedagógica conteúdos que contemple o modo de vida e considere a produção animal e vegetal, com destaque à Escolas de assentamentos rurais, Escola Família Agrícola e o SERTA de Glória do Goitá.

### **9.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)**

As Atividades Complementares são atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão sobre temas relativos às Ciências Agrícolas e áreas afins, relevantes para a formação do Licenciado em Ciências Agrícolas. Têm como finalidade propiciar os saberes e as habilidades necessários à formação do licenciado em Ciências Agrícolas, além de oferecer a oportunidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a ampliação dos conhecimentos didáticos, curriculares, científicos e culturais. Também tem a finalidade de propiciar que os(as) estudantes relacionem teoria e prática, por meio de atividades realizadas dentro e fora da Universidade.

As Atividades Complementares têm uma carga horária total de 210h e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de entrada e conclusão do curso, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do(a) aluno(a).

Cabe ao estudante participar destas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com a Resolução nº 362/2011, em vigor na UFRPE. É exigida a participação de no mínimo duas atividades (§5º do Art 21) e um máximo de 120h por cada tipo de atividade (§ 6º do Art.21). Por exemplo, uma atividade de ensino e outra de extensão, ou uma de pesquisa e outra de ensino, ou uma de extensão e pesquisa.

À partir do 6º período os(as) estudantes devem integralizar a carga horária das Atividades Complementares ao seu currículo através de procedimento processual.

As Atividades Complementares a serem consideradas neste PPC são:

- **INICIAÇÃO A DOCÊNCIA** Aquelas atividades vinculadas ao Programa de Monitoria, Programa de Educação Tutorial, PIBID, BIA e outros Programas de Formação de Docentes, independentemente de estarem ou não vinculadas a bolsas, que têm como finalidade iniciar o/a estudante em atividades docentes;

- **DISCUSSÕES TEMÁTICAS** Exposições programadas pelos docentes e realizadas pelos/as estudantes, que podem incluir estudos de casos e resolução de situações problema e outros, cujos objetivos sejam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e o aprofundamento de novas abordagens temáticas;

- **TÓPICOS ESPECIAIS** Conjunto de estudos e conteúdos teóricos ou práticos, definidos em programa correspondente ao estabelecido pela ementa e carga horária prefixados, desenvolvidos predominantemente pelos alunos e com caráter de atualização de conhecimento, e devidamente homologados pelo CCD do Curso. Neste caso, temos as atividades da Semana de Culminância;

- **INICIAÇÃO À PESQUISA** Conjunto de atividades ligadas a programas e projetos de pesquisas desenvolvidas pelo/a estudante, sob orientação do/a docente (PIBIC, PIBITI e outros Projetos e Publicações Técnico-científicas). Para cômputo da carga horária e crédito de Publicações Técnico-Científicas, o/a estudante deverá comprovar sua participação em trabalho na sua área profissional ou em áreas afins e anexar cópia do resumo ou trabalho integral, publicado nos anais do evento ou em periódico indexado;

- **VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES** Atividades que têm o objetivo de proporcionar ao/a estudante, oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional.

- **PROGRAMAS DE EXTENSÃO** Aqueles que abrangem experiências político-pedagógicas, que viabilizem a troca entre os diferentes tipos de conhecimento e a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade.

- **PROJETOS DE EXTENSÃO** Ações processuais, de caráter educativo, cultural, artístico, científico e/ou tecnológico, que envolvem docentes, estudantes e técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, mediante ações, sistematizadas.

- **CURSOS DE EXTENSÃO** Aqueles que, ofertados à comunidade, objetivem a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação universidade-sociedade.

- **EVENTOS** Atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar, divulgar e intercambiar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação. Os eventos podem ser na forma de: a - mostras; b - encontros; c - seminários; d - simpósios; e - oficinas; f - congressos; g - colóquios; h - jornadas; i - conferências; j - mesas redondas; k - fóruns; l - exposições científicas e/ou pedagógicas; m - debates ou ciclo de debates; n - reuniões técnicas;

- **PRODUTOS** Aqueles susceptíveis à disseminação e intercâmbio de saberes e inovações, desenvolvidos a partir de demandas da sociedade, ou como resultado do desenvolvimento de pesquisas. Podem ser classificados como: a - instrumentos de avaliação de situações, processos e produtos; b - kits pedagógicos; c - relatórios, artigos técnicos e similares; d - publicação didático-pedagógica e de divulgação técnico-científico-artístico-cultural; e - patentes e produtos gerados pela Universidade; f - sistemas de Informação.

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** Ação de interesse social decorrente da identificação e monitoramento de situações-problemas apresentadas pela sociedade. Pode ser realizada sob a forma de: a - realização de assessoria, consultoria e atividade assistencial; b - realização de levantamentos, inventários, caracterizações e/ou estudos; c - definição de políticas, programas, projetos e/ou planos de ação; d - realização de diagnósticos, laudos, pareceres, perícias, ensaios, análises laboratoriais e similares; e - atendimentos, aconselhamentos, orientações, tratamentos, terapias, consultas; f - desenvolvimento de experiências-piloto e/ou modelo, campanhas.

- **SEMANA DE CULMINÂNCIA** Atividade instituída pelo curso de LA. Ver detalhamento adiante.

### **9.9.1 Semana de Culminância**

A Semana de Culminância é uma atividade de ensino, pesquisa e extensão que faz parte da formação do licenciado em Ciências Agrícolas, sendo obrigatória para todos os(as) estudantes e devendo ser realizada no final de cada semestre, por período.

Sua realização tem como objetivo complementar a formação dos estudantes, devendo ser tratada como um exercício multidisciplinar envolvendo todas as disciplinas de cada período. Durante a Semana de Culminância os estudantes matriculados naquele período buscarão

apresentar uma síntese de aprendizagens a partir do eixo integrador. Semestralmente caberá a Prática de Ensino articular as disciplinas do semestre para orientar o trabalho acadêmico na Semana de Culminância junto com os(as) demais professores. Os(as) estudantes de cada período (com exceção do 6º período) devem se reunir para definir entre si o tema do trabalho a ser apresentado. O sexto período deverá apresentar na Culminância uma síntese de todos os semestres trabalhados durante o curso. As apresentações dos trabalhos podem ser realizadas em diferentes linguagens, devendo apresentar as principais ideias discutidas no semestre pelas disciplinas. Neste caso, os(as) estudantes assumem o papel ativo no processo de aprendizagem e de forma cooperativa, pois deve ser uma construção coletiva envolvendo todos(as) da turma.

Como atividade oficial do calendário acadêmico do curso, deverá ser considerada para as avaliações de aprendizagens das disciplinas do semestre, na 2ª VA, cabendo, dependendo do (a) professor (a), variar de no mínimo 2 a 3 pontos na nota final desta avaliação.

Para quem participa, terá direito a certificados aqueles com 75% de presença nas atividades realizadas. A Semana de Culminância poderá ser integralizada pelos(as) estudantes ao currículo de LA, sendo composta por 40 horas (15 horas de pesquisa, 15 horas de extensão e 10 horas de ensino).

No início de cada semestre letivo, os(as) professores(as) da LA e a Coordenação de Curso devem se reunir e fixar a data da Semana de Culminância do semestre.

## **10. AVALIAÇÃO**

### **10.1. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO**

Desde 2004 a UFRPE mantém uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável por elaborar e desenvolver, conjuntamente com a comunidade acadêmica e a Administração Superior, uma proposta de autoavaliação institucional, coordenando e articulando os processos internos da avaliação da Universidade, de acordo com princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/MEC), com o objetivo de sistematizar informações advindas de pesquisa avaliativas (UFRPE, 2017)<sup>35</sup>.

Nos últimos anos, duas autoavaliações internas (2014 e 2015) da LA foram realizadas pela CPA com o objetivo de auxiliar a coordenação do curso, o Colegiado de Coordenação Didática (CCD), o Núcleo Docente Estruturante (NDE), com a participação de docentes e estudantes. As informações foram coletadas via aplicação de um questionário intitulado “Questionário Discente-Docente”, disponibilizado no SIGA entre os estudantes e contemplou uma avaliação sobre Eixo de Ensino (Plano de Ensino, Práticas de Ensino, Processos e Critérios de Avaliação de Aprendizagem e Relações Interpessoais).

As avaliações de LA são publicadas no Boletim CPA / UFRPE, sendo que a de 2014 já foi lançada e a de 2015 está sendo lançada no início de 2017.

As avaliações realizadas são disponibilizadas ao NDE do curso que faz uma análise de cada um dos pontos em diálogo com a CPA.

Outra forma de avaliação do curso deve ser através das reuniões mensais dos Plenos de Professores, quando serão promovidas a articulação entre os(as) professores(as) e suas disciplinas, o acompanhamento do andamento das disciplinas a cada semestre, etc.

---

<sup>35</sup> UFRPE. Comissão Própria de Avaliação. [http://ww4.ufrpe.br/uag/index.php?option=com\\_content&view=article&id=510](http://ww4.ufrpe.br/uag/index.php?option=com_content&view=article&id=510). Disponível em 25 de janeiro de 2017.

As Semanas de Culminância devem ser aproveitadas a cada semestre para a realização de reuniões e/ou seminários, com a participação dos(as) professores(as) e estudantes, procurando considerar suas demandas e sugestões para o bom andamento do curso.

Deve ser mantida a realização do Seminário “Repensando a Licenciatura em Ciências Agrícolas” para integrar professores e estudantes e parceiros na reformulação curricular do curso e realizar atividades de avaliação e planejamento do curso.

## **10.2. AVALIAÇÃO DO ENSINO- APRENDIZAGEM**

A avaliação do ensino-aprendizagem dos(as) estudantes acontecerá, considerando a legislação institucional vigente (Resolução CEPE nº 25/1990), que dispõe sobre a Verificação de Aprendizagem para os cursos da UFRPE. Neste caso, a avaliação é feita por disciplina abrangendo aspectos relativos à frequência e à aprendizagem.

Como o curso é presencial, a frequências às aulas e às demais atividades acadêmicas é obrigatória, considerando-se aprovado(a) na disciplina, os(as) estudantes que comparecerem no mínimo 75% das aulas teóricas e práticas.

Com relação a Aprendizagem, serão realizadas três (3) verificações de aprendizagem e um exame final. A escolha dos métodos de avaliação a serem adotados ficará a cargo pelos(as) professores(as) em comum acordo com os(as) estudantes, orientando-se pela proposta metodológica do curso. Podem ser realizadas atividades tais como: provas escritas, seminários, relatórios de estágio e pesquisa, apresentação de trabalhos, autoavaliação e outros, e cada docente tem autonomia para escolher.

## **11. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

O NDE da LA é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem por finalidade, a atualização e revitalização do mesmo, sendo regulado pela Resolução nº 65/2011 da UFRPE.

É formado por no mínimo 5 professores(as) pertencentes ao corpo docente do curso, inclusive o(a) coordenador(a) (membro nato). Deve ser renovado a cada 2 anos.

O NDE deve se reunir ordinariamente duas (2) vezes por semestre e extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias para realizar as atividades de acompanhamento pedagógico do curso. Deverá ser responsável pela realização dos Seminários Repensando LA, a preparação de subsídios para realização do evento, a organização e o envolvimento dos(as) demais professores, estudantes, representantes do CCD do curso e parceiros.

## **12. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD)**

O Colegiado de Coordenação Didática do Curso (CCD) é o órgão consultivo colegiado responsável por avaliar e aprovar as modificações na matriz curricular dos cursos, bem como estabelecer e encaminhar procedimentos relativos ao bom andamento pedagógico do curso no que concerne ao ensino, à pesquisa e à extensão, sendo regulado pela Resolução nº 220/2013 da UFRPE.

O CCD da LA é composto por 11 (dez) titulares e 11 (dez) suplementes, sendo 3 titulares e 3 suplentes do Departamento de Educação, 1 titular e 1 suplente de cada um dos seguintes departamentos: Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Pesca e Aquicultura, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola. Faz parte dessa composição o(a) Coordenador(a) do curso, como presidente e pelo(a) Substituto(a) Eventual, que atuará como vice-presidente, como representantes natos, de acordo com a referida Resolução.

Deverão ser realizadas duas (2) reuniões ordinárias por ano do CCD, sendo uma (1) por semestre, e tantas reuniões extraordinárias quantas foram necessárias e convocadas pela coordenação do curso. As reuniões devem ser chamadas através de convocatória própria dirigida aos representantes dos Departamentos.

Os representantes docentes deste colegiado serão indicados pelo Diretor Geral de seus respectivos Departamentos e tem mandato de dois (2) anos.

### **13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) está em plena consonância com os aspectos apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para o período de 2013-2020 (UFRPE, 2012), em especial, o compromisso com a formação de educadores nas mais diferentes áreas do conhecimento, respondendo a uma grande demanda da sociedade para que a Instituição cumpra com seu papel social frente as necessárias melhorias na Educação em todos os níveis.

A LA tem potencializado o projeto da Instituição com temas como Educação do Campo, Educação em Agroecologia, Educação Indígena, Educação e Movimentos Sociais, Educação de Jovens e Adultos, sempre articulando a educação com processos mais amplos de desenvolvimento local. Para isso, tem colocado em prática princípios filosóficos e técnico-metodológicos que possibilitam um rico diálogo com a sociedade civil organizada tendo, com isso, ressonância em contextos sociais concretos com vistas a sua transformação social. Entre estes princípios ressaltamos a excelência acadêmica na formação de educadores sensíveis as questões do campo e suas contradições, a ética, a transparência, a equidade, a inclusão e o respeito aos saberes locais das populações do campo, o respeito à diversidade, a democratização da educação e a responsabilidade socioambiental.

Com relação a política de extensão, o curso tem um rico histórico de relação com os movimentos sociais do campo e de parceria com suas instituições. Tem visto como um importante desafio a inclusão das atividades de extensão no currículo e sua integração com o ensino e a pesquisa, tal como orienta o Plano Nacional de Educação.

O curso tem participado intensamente do Fórum de Licenciaturas da UFRPE contribuindo com os debates em prol do aperfeiçoamento das licenciaturas e da revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, de acordo com as novas diretrizes para a formação de professores.

Assim, colocou em prática na sua matriz curricular o “Estágio Curricular Obrigatório” e a “Prática” que integra o currículo, ao longo de todo o curso, tal como orienta o Conselho Nacional de Educação. Também colocou em prática a obrigatoriedade de oferta das disciplinas Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Educação para as Relações Ético-Raciais, tal como foi normatizado pela UFRPE.

### **14. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO**

O curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) realiza atividades de ensino e extensão universitária onde os(as) estudantes do curso tem a possibilidade de vivenciar experiências extra-classe junto a agricultores familiares, educadores, técnicos da educação não-formal (extensão rural) gestores públicos e pesquisadores, na universidade e fora dela. As atividades consistem em eventos de formação (cursos, seminários, diálogos, etc), intercâmbios e vivências.

Já fazem vários anos que participa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) quando os estudantes têm a oportunidade de se aperfeiçoar para atuar como professores na educação básica, em escolas da rede pública estadual e federal, com temas relativos a Educação Agrícola e sobre meio ambiente.

Com relação as atividades de extensão universitária desenvolvidas pelo curso, a maior parte é realizada em parceria com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) desta Universidade. O NAC foi criado formalmente em 2010 tendo sido aprovado em todas as instâncias da Universidade. O Núcleo tem como objetivo “contribuir para articulação de pessoas de diversos segmentos acadêmicos, objetivando a promoção da Agroecologia na Universidade, através da: formação profissional, da pesquisa e do desenvolvimento de ações de extensão rural junto a comunidades indígenas, quilombolas, pesqueiras e camponesas, na perspectiva agroecológica”. A criação do Núcleo respondeu a uma demanda da sociedade civil organizada pernambucana, que por diversas vezes sinalizou que a UFRPE promovesse atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária com foco na Agroecologia e no Campesinato. O Núcleo tem desenvolvido ações a partir de uma perspectiva interdisciplinar e interinstitucional, com as seguintes linhas temáticas: Campesinato, Transição Agroecológica, Extensão Rural, Educação (em Agroecologia, do Campo, Indígena), Construção do Conhecimento Agroecológico, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Plantas Medicinais e Juventude Rural. O NAC tem coordenado projetos coletivos de professores (apoiados através de chamadas públicas do CNPq voltadas para Núcleos de Agroecologia, chamadas públicas voltadas para formação de profissionais e chamadas públicas de pesquisa) e abarca vários projetos vinculados e coordenados por professores/as participantes do núcleo. O NAC mantém uma rádio web (Rádio Web Agroecologia) que é usada nos projetos de educação e extensão universitária.

A seguir, apresentamos algumas atividades realizadas nos últimos 5 anos em parceria com este Núcleo:

- Parceria na realização do projeto “Núcleo de Agroecologia e Campesinato: ações coletivas, interativas e de formação em Agroecologia”, no período de 2013 a 2016, apoiado pela Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº 81/2013;
- Parceria na realização do projeto “Consolidação do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE: Fortalecendo uma caminhada”, no período de 2010 a 2012, apoiado pelo Edital MDA/SAF/CNPq – Nº 58/2010;
- Parceria na realização da I Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena de Pernambuco, no período de 15 e 16/outubro/2014;
- Parceria na realização do III Seminário de Agroecologia de Pernambuco; II Seminário Internacional de Agroecologia; II Jornada dos Povos de Pernambuco, em envolvendo 966 estudantes, professores, técnicos e agricultores, no período de 22 a 24 de setembro de 2015;
- Parceria na realização da I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, no período de 23 e 24/Abril/2014; na realização da II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, no período de 29 e 30/abril/2015; e na realização da 3ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária UFRPE, no período de 18 a 20/abril/2016;
- Parceria na realização do Estágio de Intervivência Universitária 2015, no período de 25/01/2015 a 20/03/2015, com carga horária total 176 horas, envolvendo 12 estudantes universitários e 12 jovens agricultores(as);



- Participação de estudantes da LA no Curso de Construção de Conhecimentos em Agroecologia para Agentes de ATER da Zona da Mata e Agreste (Rio Formoso e Caruaru/PE), no período de 26/11/2014 a 23/01/2015, com carga horária de 88 horas;

Outras atividades importantes de extensão são as aulas inaugurais realizadas no início de cada semestre, os diálogos sobre agroecologia (realizados em parceria com o NAC) e os debates realizados na semana de culminância, voltadas para estudantes, professores(as) e a comunidade em geral. Nestas atividades é possível trabalhar temas transversais importantes para a formação dos licenciados, tais como: questões de gênero, educação do campo, educação para as relações étnico-raciais, educação em agroecologia, etc.

Nos últimos semestres foram realizadas as seguintes atividades:

i) Educação em agroecologia: a experiência do curso de nível médio do SERTA/PE (PROF. GERMANO DE BARROS FERREIRA/ SERTA), no dia 02/julho/2015;

ii) “Repensando LA - Os desafios do Licenciado em Ciências Agrícolas” (Aniérica Almeida – Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabia; Prof. Erick Viana – IFPE-Vitória de Santo Antão; Prof. Michel Saturnino Barboza– CODAI/UFRPE) no dia 09/julho/2015;

iii) “Educação Intercultural e Formação Humana: Conceitos e Espaços Educativos” (Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva, UFPE - Centro Acadêmico do Agreste) no dia 18/Agosto/2015;

iv) “Repensando LA – O ensino das relações étnico-raciais em LA” (Prof. José Nilton Almeida– UFRPE/NEAB), no dia 09/dezembro/2015;

v) “A Educação do Campo e a Licenciatura em Ciências Agrícolas – Questões para reflexão” (Sônia Maria dos Santos, FETAPE), no dia 14/março/2016;

vi) “Os desafios da agroecologia na formação do educador do/no campo” (Flávio Duarte, Associação Brasileira de Agroecologia), no dia 10/agosto/2016;

vii) “Feminismos e Agroecologia na Formação do/a Educador/a” (Profa. Laeticia Jalil - DECISO/UFRPE - ABA-Agroecologia/GT Gênero), no dia 15/setembro/2016;

Ressaltamos também como uma importante aporte artístico do curso a produção feita pelos(as) estudantes a cada semestre para a Semana de Culminância, tais como poesia, cordéis, peças de teatro, paródias, teatro de fantoches, teatro de sombras, vídeos, jogos interativos, etc. O uso das diferentes linguagens artísticas deve ser estimulado como importantes instrumentos de educação.

## 15. APOIO AO DISCENTE

Os(as) estudantes da Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA) são apoiados pelas políticas gerais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) de apoio estudantil, coordenadas pela a ProReitoria de Gestão Estudantil (PROGEST)<sup>36</sup>, tais como, o programa de concessão de bolsas de permanência para os(as) estudantes de graduação, o acesso as residências estudantis do campus de Dois Irmãos, nas ajudas de custo para realização de atividades de campo, apresentação de trabalhos científicos e participação em congressos e eventos congêneres. A Pró-Reitoria de Ensino (PREG) apoia os estudantes nas aulas práticas e em atividades de estágio curricular.

A LA mantém uma Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) (Resolução 154/2001 do CEPE/UFRPE) com o objetivo de acompanhar e orientar os(as) estudantes em situação de insuficiência de rendimento. A COAA é

---

<sup>36</sup> Resolução Nº. 185/2006 do Conselho Universitário, de 2006.

integrada pelo Coordenador do Curso, 2 (dois) Professores e 1 (um) estudante, indicados pela Coordenação e homologada pelo Colegiado de Coordenação Didática (CCD).

Para aqueles estudantes que demandem acompanhamento específico, a Coordenação do curso orienta os(as) professores(as) a trazerem as questões para o Pleno de Professores, quando são orientados a realizar o acompanhamento necessário.

## **16. ACESSIBILIDADE**

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem se adequando à NBR-9050 que trata da acessibilidade às edificações, mobiliários, espaços e equipamentos, para sua comunidade acadêmica. Também mantém o Núcleo de Acessibilidade (NACES) que integra uma rede de Núcleos das instituições federais de Ensino Superior por meio do "Programa Incluir", que tem o papel de atuar na identificação de demandas e na proposição e dinamização de ações institucionais de acessibilidade. Além de diversas atividades no âmbito administrativo e de ações de acessibilidade, o NACES também oferece o serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais e apoio pedagógico aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A intenção do acompanhamento é proporcionar igualdade de aprendizagem a todos os(as) estudantes que demandarem. O atendimento pedagógico é feito em parceria com psicólogos da instituição, através de mediações entre estudante, família, professores(as) e coordenadores(as), com o objetivo de buscar formas diferenciadas para atendê-los de acordo com suas necessidades específicas. O NACES também orienta os(as) professores(as) nos casos específicos, focando-se nos seguintes aspectos: distribuição do tempo para realização de atividades, diferentes metodologias de trabalho, adaptações e priorizações de conteúdos e formas diversas de avaliação, preferencialmente práticos e focados em esquemas visuais e/ou auditivos. Além disso, a cada início de semestre, os(as) estudantes que demandarem recebem orientações pessoalmente.

O NACES também atua na divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica acerca da Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, através da realização de seminários e eventos com a temática de inclusão.

Atendendo as regras da acessibilidade, no prédio do Bloco B do Departamento de Educação, onde estão localizadas as salas de aula do curso de LA, há uma rampa no térreo, para atender a comunidade acadêmica e os(as) estudantes com necessidades especiais. Caso tenhamos estudantes com necessidades especiais, deve-se adotar a estratégia de transferir a turma deste para as salas do térreo.

## **17. INFRAESTRUTURA DO CURSO**

As aulas presenciais do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas acontecem no Bloco B do Departamento de Educação. São utilizadas seis (6) salas de aula que estão distribuídas no térreo (02 salas), primeiro e segundo andar (02 salas cada). Todas as salas são equipadas com carteiras, mesa de professores, quadro branco, equipamentos audiovisuais e ar condicionado.

A Coordenação do curso está localizada no térreo do Bloco A do Departamento de Educação, possuindo uma sala conjugada, com mobiliário para escritório e reunião;

com quatro (4) computadores; dois (2) ar condicionados; internet e uma biblioteca setorial.

Todos(as) professores tem acesso a gabinete, sendo alguns individuais e outros coletivos.

O curso conta com um Laboratório de Informática, localizado no térreo do Bloco A do Departamento de Educação, devidamente equipado, como pode ser visto no quadro a seguir.

#### Recursos de infraestrutura do curso e descrição

Recursos da infraestrutura	Descrição
Salas de aula com Datashow	Todas as seis (6) salas de aula são equipadas com datashow, e estão localizadas no Bloco B do Departamento de Educação;
Laboratório de informática	O Departamento de Educação conta com um Laboratório de Informática em pleno funcionamento, com horários disponíveis a noite para uso dos estudantes da LA, com 18 computadores para os estudantes e 1 para o professor; com 2 ar condicionados;
Sala audiovisual com televisor, vídeo, computador e data-show	O Bloco B do Departamento de Educação tem 9B salas de audiovisual; A Universidade conta com sala de audiovisual no prédio vizinho (CEGOE/UFRPE), que pode ser usada pela LA;
Salas de Estudo	O Bloco B do Departamento de Educação conta com 2 espaços de estudo, equipados com mesas e cadeiras;
Biblioteca Central	A UFRPE conta com uma biblioteca central com acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE constituído por cerca de 230.000 volumes, podendo ser consultado pelo Catálogo Online do Pergamum;
Sala de eventos	O curso conta com uma sala de aula grande (90 m <sup>2</sup> ) (Sala 6B do Bloco B do Departamento de Educação), que pode ser utilizada para eventos do curso. A Universidade conta com auditórios (Por exemplo, auditório do CEGOIE de 100 lugares, em reforma; e auditório da PROEXT de 120 lugares e; CEAGRI II com 130 lugares) e salas de eventos em outros prédios que podem ser utilizadas pelo curso;
Banheiros múltiplos	O Bloco B do Departamento de Educação, onde constam as salas de aula do curso, tem 2 banheiros masculinos e 2 femininos, sendo um por andar e um banheiro unissex, no térreo;
Áreas de lazer	Área verde ao lado do Bloco A do Departamento de Educação, equipado com mesas e cadeiras;
Xerox	No Bloco A do Departamento de Educação tem sala de fotocópia privada, que atende aos estudantes da LA

<b>Recursos da infraestrutura</b>	<b>Descrição</b>
Coordenação	O Departamento de Educação conta com Biblioteca Setorial, com títulos relativos a educação, educação agrícola e temas afins
Supervisão das áreas	A maior parte das disciplinas do curso (Dimensão Pedagógica) tem a supervisão das seguintes áreas: Área I (Planejamento e Orientação Escolar); Área II (Métodos e Técnicas de Ensino); Área III (Psicologia e Orientação Profissional); Área IV (Educação Agrícola e Extensão Rural)
Apoio didático	O Departamento de Educação conta com Apoio Didático, responsável pela administração dos prédios, do controle acadêmico (declarações, planos de ensino, etc). A Coordenação do curso conta com Apoio Didático relativo a distribuição de material didático e equipamentos;
Gabinetes de professores	Dos 11 professores, 7 possuem gabinetes (sendo alguns coletivos), nos Blocos A ou B; O Departamento de Educação conta com uma sala coletiva de professores, equipada com computador, internet e impressora, no Bloco A;
Salas de pesquisa	A sala do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (parceiro da LA), localizada no Bloco A, do Departamento de Educação, é usada como sala de estudos por estudantes e professores da LA. A sala de informática, localizada no mesmo prédio também pode ser usada para estudos.